

Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50 *

Heloisa Pontes

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as três coleções de assuntos brasileiros mais importantes editados no país, nas décadas de 30, 40 e 50, quais sejam: a *Brasiliana* (1931), a *Documentos Brasileiros* (1936) e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940). Publicadas respectivamente pela Companhia Editora Nacional, Livraria José Olympio Editora e Livraria Martins Editora. Esta análise, para se viabilizar, exige um trabalho prévio no sentido de situarmos essas coleções em pelo menos três contextos particulares de explicação.

Em primeiro lugar, é preciso recuperar, na história do pensamento brasileiro, a "origem", se assim podemos dizer, dessa preocupação, quase uma obstinação, tantas vezes reiterada, em desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade brasileira. Esta origem remonta à geração modernizadora de 1870, que produziu um pensamento novo sobre o país, através da articulação da ciência emergente (que, como queria Sílvio Romero, trazia "um bando de idéias novas") com a tradição literária brasileira.

Em segundo lugar, para que possamos entender as condições de produção dessas coleções é necessário compreender, por um

lado, a expansão do mercado editorial ocorrida no período. Por outro lado, é preciso ter claro que essas coleções se inserem num quadro mais amplo de interesse renovado pelo Brasil, deflagrado com a Revolução de 30, principal responsável pela criação de um movimento de unificação cultural sem precedentes na história do país.

Em terceiro lugar, é importante não perder de vista que essas coleções são o resultado de um certo projeto editorial. Nesse sentido, torna-se imprescindível uma apresentação das editoras e dos editores que as implementaram. Eles foram os principais responsáveis pela difusão e pela visibilidade que adquiriram esses "novos retratos" do Brasil. No período em questão, os editores parecem empenhados em cumprir um papel social análogo ao dos intelectuais e escritores engajados, ou pelo menos assim se auto-representam. Verdadeiros "heróis culturais" a suprir as deficiências dos poderes públicos e a "civilizar" o país. Editar como missão? Tudo indica que sim.

Esses editores, além de editar livros, publicaram também a sua própria história, sobretudo através da escrita de outros. E, como se sabe, toda história de cunho memorialístico traz consigo fragmentos da

* Este texto é parte da pesquisa Histórica das Ciências Sociais em andamento no Idesp com apoio da Finep, sob coordenação de Sérgio Miceli.

narrativa mítica. A dos editores não fugiu à regra. Eles também produziram o seu mito de origem e o seu herói de fundação: no caso Monteiro Lobato, tido como o criador da atividade editorial brasileira.¹ Como dirá José de Barros Martins, "Lobato, espiritualmente herdeiro da vocação 'bandeirante', autêntico abridor de pegadas e caminhos, tudo arrostando na faina de plantar e construir, Lobato, dizia, deu ao movimento editorial brasileiro, até então esparso e sem unidade, um caráter de continuidade, e, o que nos parece mais importante, um sentido cultural bem marcante e construtivo. Ele — e assim a maioria dos que se entregam de corpo e alma a essa atividade — não foi editor de livros para mais facilmente ficar rico. Isso lhe seria fácil em qualquer outro setor. Mas Lobato era um bandeirante no mais duplo sentido do vocábulo e, mais do que o lucro fácil, preocupava-o o futuro da sua terra. Que se poderia esperar de um País que (até então) precisava mandar imprimir os melhores livros de seus filhos além-Atlântico?" (Martins, 1950)... Mas isso já é a atualização do mito na fala de um dos editores que procuraremos seguir no decorrer desse texto.

Por fim, após o mapeamento dos contextos explicativos mencionados acima, a análise das coleções, que será orientada pelas seguintes indagações: que tipos de "retratos do Brasil" foram publicados por elas? Quais os assuntos ou gêneros mais editados? Quais os autores mais publicados? Sobre o que escreviam? Que tipo de relações ou de vínculos mantinham com as universidades, com as academias de letras, com os institutos históricos e geográficos e com os demais centros de produção de saber da época? Qual a vinculação desses autores com os centros de poder? Que tipo de relações mantinham com os editores e com as editoras que os publicavam? Qual a importância dessas coleções para as editoras e os editores que as implementaram? Que tipo de repercussão tiveram? Qual a lógica dessas coleções? Questões que, somadas, traduzem uma interrogação mais ampla: em que medida, editoras, editores e coleções fornecem pistas interessantes para entender o sistema intelectual vigente no período? Ou, dito de uma outra maneira, é possível realizar uma etnografia do pensamento e do campo intelectual brasileiro a partir da análise dessas coleções?

I — "O Brasil começou a se apalpar"...

Sabe-se que a literatura, mais do que qualquer outro gênero de produção especializada de saber, contribuiu, de maneira decisiva, no Brasil, para a formação de uma consciência nacional e para a pesquisa da vida e dos problemas brasileiros.² Consciência dilacerada, é certo, criada e recriada sob uma permanente tensão: esta que, na feliz expressão de Antonio Candido, se experimenta, se expressa e se rege pela "dialética do localismo e do cosmopolitismo" (Cândido, 1980:89).³

Dessa tensão e do seu exercício, a literatura retira a sua força e a sua posição privilegiada na cultura brasileira; permitindo e mesmo forçando "a preeminência da interpretação poética, da descrição subjetiva, da técnica metafórica (da *visão*, numa palavra) sobre a interpretação racional, a descrição científica, o estilo direto" (Candido, 1980:131). Soberana até o século passado, serviu antes de tudo "para orientar e dar forma" ao pensamento brasileiro. Mas de 1870 até os anos 30-40 (período que nos interessa mais de perto) a literatura, se não perdeu a sua supremacia, teve sua posição alterada em função da emergência e consolidação de novas formas de saber, veiculadas pela ciência que então começava a se desenvolver no país.⁴

Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha, assinalam, segundo Antonio Candido, "um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira" (Candido, 1980:133). Diríamos hoje, à luz das pesquisas mais recentes, que a ciência, antes da publicação de *Os Sertões*, já havia entrado em cena, no Brasil, para dela não mais sair.⁵ O grande "mito novecentista" tinha a pretensão de explicar a tudo e a todos, através sobretudo das máximas do evolucionismo social, então hegemônicas. E é para a ciência que se voltam os "modernistas" de 1870, entre eles, Euclides da Cunha. Para ela e para os seus centros de irradiação: o fluxo cultural europeu, visto como "a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas como ele prometia" (Sevcenko, 1983:78).

Voltados para a Europa, mas de olho no Brasil: esta a marca — ou a sina? — dos

intelectuais da geração de 1870. Atribuindo-se e auto-representando-se como portadores de uma missão social, empenharam-se obstinadamente em criar um saber próprio sobre o país. Realizaram, para tanto, estudo dos mais variados aspectos da realidade brasileira, nas linhas propostas pelo cientificismo então triunfante. Pois, para eles, somente a ciência, consagrada como o “único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas”, seria capaz de garantir “uma gestão lúcida e eficiente do destino do país” (*op. cit.*, 85).

O empenho em conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e a sua realidade, bem como a tentativa de traçar simultaneamente os contornos da identidade nacional e da identidade social dos intelectuais brasileiros, inicia-se, de maneira sistemática, com a geração de 1870. Ela deu origem a uma busca⁶ que tenderá a se renovar e se ampliar, sob outras bases e pressupostos, nos anos 20,⁷ e se agudizará nos anos 30. Esses anos serão marcados pelo aparecimento de uma verdadeira enxurrada de “retratos” do país.

Nascido do imaginário do “outro”, feito nome primeiro e a realidade depois, o Brasil, para os intelectuais nativos, parece estar sempre por um triz, daí, talvez, a necessidade constante renovada de certifi-cá-lo.

A urbanização e a industrialização, signos da modernização pela qual passavam os centros urbanos brasileiros, notadamente o Rio e São Paulo, aliados à efervescência política e cultural sem precedentes dos anos 20, criaram as condições necessárias para que certos segmentos restritos das camadas médias pudessem produzir todo um conjunto de inovações e de experimentos culturais modernos, inéditos na história brasileira. No entanto, foi somente nos anos 30,⁸ após a eclosão e consolidação da Revolução, que essas experiências culturais, geradas no decênio anterior, deixaram de ser uma marca de transgressão, sofrendo, a partir de então, um “processo de rotinização e de normalização” (Candido, 1984:27).

O movimento de outubro (“um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’”, segundo Antonio Candido) provocou um incontestável processo de unificação cultural. Projetou “na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões” (*op. cit.*). Por esta razão, deve

ser entendido como “um eixo e um catalizador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalizando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova” (*op. cit.*).

Configuração esta que se expressou nos mais variados setores da vida cultural do país: na instrução pública, nas reformas do ensino primário e secundário, na criação de novas faculdades e das primeiras universidades brasileiras,⁹ na produção artística e literária, nos meios de difusão cultural e, sobretudo, na ênfase aos estudos e ao conhecimento da realidade nacional.

Os intelectuais, cingidos pelas ideologias políticas e religiosas do momento, numa polarização aguda entre os que optaram pelo comunismo e pelo fascismo, e praticada de uma maneira que antes era excepcional, se lançaram tanto no debate dos problemas políticos mais imediatos do país, como se voltaram para a investigação e estudo da nossa realidade. “O Brasil começou a se apalpar”.¹⁰ A realidade brasileira se tornou o conceito-chave do período,¹¹ encarnando-se nos estudos brasileiros de História, Política, “Sociologia”, Geografia etc. Tais estudos, pautados por um frenesi de reinterpretar o passado nacional, de interpretar e diagnosticar o presente, refletiram-se, de maneira notável, nas inúmeras coleções que lhes dedicaram as mais importantes editoras do período. Ganharam uma visibilidade excepcional, propiciada, em grande medida, pela consolidação e expansão do mercado de livros.

II — O surto editorial dos anos 30

“Em 1937, graças a Monteiro Lobato que desandou a imprimir livros de toda gente como um alucinado, fracassando comercialmente, mas provando que os mais completos analfabetos do país eram os livreiros antigos, o Brasil lê como só imaginávamos que pudesse ler em 1960”. H. Pongetti (1937).¹²

Indicativo do surto editorial e da nova condição desfrutada pelas editoras nos anos 30, foi a criação da revista *Anuário Brasileiro de Literatura*, especializada na divulgação e análise do movimento editorial. Editada e financiada, a partir de 1937, pelos Irmãos Pongetti, centralizava informações sobre os editores particulares, “os principais interessados nesse trabalho de divulgação e praticamente os únicos anunciantes” (Miceli, 1979:83). A sua exis-

tência evidencia a transformação pela qual passavam esses novos empresários de bens culturais. Até o início dos anos 20, editar era uma tarefa difícil levada a cabo por um número reduzidíssimo de imigrantes.¹³ Nos anos 30, passou a ser realizada por um número maior de pessoas: jovens e talentosos brasileiros que estabeleceram inúmeras editoras, principalmente nos centros urbanos de maior poder econômico, social e político, como o Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Renovando o mercado de livros e o seu produto, esses editores passaram a se reconhecer como grupo (conforme indica a publicação do *Anuário*), e a se representarem como portadores de uma "missão social" análoga a dos intelectuais. Eram os novos "heróis civilizadores", que se propunham a erradicar a miséria espiritual do país, através da produção desse novo alimento nativo: o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros. Afinal, "um país se faz com homens e livros", dizia Monteiro Lobato nos anos 20. Nos anos 30, esta frase seria adotada como lema pela Livraria José Olympio Editora, uma das mais importantes e prestigiadas editoras do período.

E nos anos 30, "lia-se como só se imaginava que seria possível em 1960". Mas o que se lia? Quem lia? Quem editava? Como se editava? Quem escrevia? Sobre o que se escrevia? O que tornou viável esse boom editorial? Tais são algumas das questões que tentarei precisar no decorrer do texto. Começemos pelo mais geral: as razões que viabilizaram a expansão do mercado editorial.

O processo de "substituição de importações", acentuado com a crise mundial de 29, repercutiu, de forma decisiva e benéfica, na indústria de bens culturais, notadamente de livros. Até o início dos anos 20, os livros de escritores brasileiros, além de escassos se comparados com o montante de títulos importados, eram, em sua maioria, impressos no exterior, principalmente na França e em Portugal. Publicar um livro era uma tarefa difícil, muitas vezes executada pelo próprio autor, em edições nunca superiores a 1.000 exemplares, pagas, quase sempre, por ele mesmo.

Nos anos 30, essa situação e a do mercado editorial em geral sofreram uma modificação substancial. O crescimento na edição de livros, segundo Laurence Hallowell foi fenomenal. "As cifras para São Paulo sugerem uma taxa de crescimento

na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%. Ninguém naquela época punha em dúvida uma realidade: a de que uma indústria editorial brasileira, viável, havia surgido praticamente do nada no período que se seguira à revolução" (1985: 337).

Pela primeira vez no Brasil as edições, por exemplo, dos romances se sucediam com "apenas meses de intervalo quando, pouco antes de 30, as edições de mil exemplares, demoravam meses e meses nas estantes, quando não se esgotavam pela distribuição dos escritores". As editoras, estimuladas pela procura de livros e pela quantidade de originais que lhes eram enviados, "disputavam os autores, aumentavam as suas tiragens, incrementavam os concursos... e o movimento editorial prosperava formidavelmente" (Fusco, 1940).

A ampla aceitação da literatura de ficção em geral e da literatura brasileira em particular, junto ao público, contribuiu de forma decisiva para a expansão do mercado editorial. Este, por sua vez, produziu um personagem inédito no Brasil: o romancista de tempo integral, que deixou de escrever apenas nas horas livres, antes ou durante o "expediente", e se tornou um profissional da literatura.¹⁴

A literatura criada por essa nova categoria de escritores, em função do seu cunho regional, propiciou aos leitores que a consumiam uma "visão renovada, não convencional do seu país, visto como conjunto diversificado mas solidário". Com efeito, segundo Antonio Candido, "foi notável a interpenetração literária em todo o Brasil, depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real, a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou de Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog" (1984:30).

Tão importante quanto a literatura de ficção, do ponto de vista do lucro perseguido e alcançado pelas editoras, foi o boom do livro didático. Conseqüência direta da ampliação da instrução elementar¹⁵ e do ensino secundário que criou um contingente numericamente significativo de novos leitores, para o qual destinavam-se preferencialmente os livros didáticos nacionalizados. Consolidou-se, assim, o livro escolar brasileiro que substituiu "a clássica

bibliografia estrangeira de tipo coleções de F.T.D. e F.I.C., série Royal, Readers, história de Raposo Botelho, matemático de Camberousse, física de Ganot, química de Bazin, geologia de Lapparent, história natural de Pison, etc., etc. A obrigação do curso seriado (anterior à Reforma Campos) propiciou o aparecimento de livros para as diferentes matérias que antes existiam sobretudo para o ensino primário de português e história da pátria” (Candido, 1984: 33).

O livro didático tornou-se um grande filão de lucro das editoras. Estas, por sua vez, num processo de “retroalimentação” constante, criaram inclusive coleções especializadas de literatura didática, adequadas aos novos programas e aos ideais dos reformadores educacionais. Com efeito, as obras didáticas e a literatura de ficção eram os gêneros “que propiciavam os maiores índices de lucratividade”¹⁶ e, por esta razão, “favoreciam, ao menos indiretamente, a concentração de recursos no campo editorial” (Miceli, 1978:89).

As editoras mais importantes faziam grandes investimentos na edição de ambos os gêneros. Segundo dados fornecidos por Miceli, no período de 1938 a 1943, as seis maiores editoras independentes (por ordem de importância) publicaram as seguintes porcentagens de livros didáticos e de obras de ficção (22), respectivamente: Cia. Editora Nacional, SP/RJ (26%, 22%); Editora Globo, Porto Alegre (11%, 36%); Editora José Olympio, RJ (1,5%, 33,5%); Editora Irmãos Pongetti, RJ (4%, 28%); Editora Francisco Alves, RJ (65%, 2,5%); Editora Melhoramentos, SP (28%, 7%).¹⁷ No conjunto, essas editoras publicaram um total de 22% de livros didáticos e 23% de obras de ficção.

É nesse contexto de expansão do mercado de livros, de interesse renovado pelo Brasil e de acirramento do debate ideológico que surgem tantas coleções com o objetivo explícito de apresentar o debate político dos anos 30, como as que se dedicam a revelar os aspectos mais variados da realidade brasileira. No primeiro caso, destacam-se as coleções *Azul*¹⁸ (editada pela Schmidt, a partir de 1932), *Problemas Políticos Contemporâneos* (criada em 1934, pela José Olympio), ambas com cunho nitidamente integralista.¹⁹ No segundo, a *Brasiliana*, a *Documentos Brasileiros* e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, para citar apenas as mais importantes.

Estas três últimas coleções serão analisadas no decorrer deste trabalho. Mas, para tanto, é necessário que se faça ainda uma apresentação das editoras e dos editores que as publicaram. Esse trabalho ajudará a contextualizá-las não apenas no quadro mais amplo dos anos 30 (parcialmente apontado no decorrer desse texto), como no interior do universo editorial que as viabilizaram.

III — As editoras e os editores, ou, “Editar é fazer psicologia comercial”

O surto editorial dos anos 30, como vimos, foi marcado pela criação de inúmeras editoras, concentradas sobretudo nos centros urbanos de maior poder econômico, político e social. Como mostra Miceli, “as instâncias de produção de bens culturais tendiam a se concentrar fortemente na região centro-sul: em 1937, os Estados de Minas Gerais, São Paulo e a então capital do país (Rio de Janeiro) detinham 59% das gráficas, sendo que o Estado de São Paulo dispunha sozinho de 32%. Pode-se observar uma tendência semelhante no setor editorial, sendo que três Estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) reuniam 61% das editoras” (Miceli, 1979:74). Ou seja, apesar do aumento do número de editoras, estas se localizavam basicamente em uma região do país. Aliado a isto, havia também uma tendência à concentração de lançamentos de títulos nas mãos de um número pequeno de editoras, que possuíam um domínio relativo do mercado. As seis maiores editoras, mencionadas anteriormente, controlavam “36% dos lançamentos, sendo que apenas as três primeiras detinham a parcela de 25% do mercado, que se distribuíam entre os 14% da Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, os 6% da Editora Globo e os 5% da Editora José Olympio” (*op. cit.*, 83).

Outra característica importante dessas editoras, residia no fato de pertencerem, na maior parte das vezes, a uma única pessoa, o próprio editor. Não sendo este o caso, eram sociedades de uma mesma família ou de um grupo de amigos íntimos. No primeiro caso, encontravam-se a Companhia Editora Nacional, a José Olympio e a Martins; no segundo, as Editoras Globo, Pongetti e Amigos do Livro, para citar apenas as mais expressivas. Na ausência de uma tradição acionária (como ocorre em outros países), o editor brasileiro tor-

na-se não só uma figura chave de sua empresa (a sua morte pode, por exemplo, implicar o declínio e até mesmo a falência da editora) como transforma-se numa espécie de “herói cultural”. Posição desfrutada, entre outros, por Monteiro Lobato, Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins, sem dúvida, os editores mais importantes que o Brasil possuiu dos anos 20 aos anos 50.

Nesse sentido, uma história da indústria do livro, de suas publicações e do mercado editorial só se torna completa, no caso brasileiro, se acompanhada de uma exposição das trajetórias de seus editores. É isto que procuraremos fazer a seguir. Com a ressalva preliminar de que, para viabilizá-la, será necessário proceder a um recuo no tempo, de forma a captar não apenas a singularidade dessas trajetórias como o contexto mais amplo que lhes dá origem e sentido.

Vimos anteriormente que, até os anos 20, os livros brasileiros eram, em sua quase totalidade, impressos no exterior. Não existia, no Brasil, sequer uma empresa gráfica funcionando adequadamente; com o agravante de que o papel nacional era de péssima qualidade. Apesar da adversidade das condições do mercado de livros da época, havia um público — pequeno é bom frisar — de leitores, ávido por tudo que viesse de fora, principalmente por tudo aquilo que trouxesse a marca da cultura e da civilização européia. Por esta razão, algumas livrarias francesas não hesitaram em instalar filiais no país, como a Garnier no Rio de Janeiro e a Garraux em São Paulo, entre outras.

A Garnier, “reduto dos consagrados” (Sevcenko, 1983: 119), era freqüentada pela elite dos intelectuais cariocas. O mesmo acontecendo com a Garraux em São Paulo, ponto de encontro obrigatório da intelectualidade local, símbolo da civilização e da cultura, as duas máximas perseguidas pela burguesia paulistana da época.²⁰

E foi na Casa Garraux que José Olympio teve o seu primeiro emprego, aprendendo ali as “artes do ofício” necessárias, e no seu caso imprescindíveis, para o seu futuro desempenho como editor. Vejamos pois, sucintamente, o que foi a Garraux. Criada em 1863, por Anatolle L. Garraux (antigo empregado da livraria Garnier), era antes de tudo “um pedaço da França encaixado na Rua 15 de Novembro” (Barbosa, 1962: XXV). Ali se vendia de tudo, principal-

mente tudo que fosse estrangeiro, de tecidos a marrons glacês e inclusive livros.

A seção de livros ocupava, segundo Assis Barbosa, o “espaço maior dessa máquina heterogênea, criada por Garraux, como que para ‘civilizar’ São Paulo” (*op. cit.*: XXXIX). Por esta razão, ser gerente da livraria “era, por certo, uma posição de prestígio, não só pelo ordenado como pelo contato permanente e obrigatório com políticos e intelectuais, sem falar nos ricos fazendeiros e proprietários *snoobs* da cultura. Era a possibilidade de tratar, quase que de igual para igual, de potência a potência, com os grandes, os que mandavam, os que dirigiam São Paulo” (*op. cit.*). E foi com o gerente Jacinto Silva que José Olympio iniciou o seu aprendizado, por volta de 1918, graças a uma indicação do então governador do estado de São Paulo, doutor Altino Arantes, seu padrinho de crisma e conterrâneo de Batatais.²¹

José Olympio começou a trabalhar na Garraux, inicialmente atrás do balcão, executando tarefas banais: abria caixotes de livros novos, limpava a poeira das estantes e outros serviços do gênero. De limpador de caixas, foi promovido a ajudante de balconista. Seis anos depois, isto é, em 1926, assumiria a gerência da livraria, o cargo mais importante no quadro dos auxiliares da Garraux. Nessa década, a Garraux vivia os seus últimos anos de esplendor. “Todas as figuras preeminentes da cidade — da sociedade, da política e da vida intelectual — compareceriam quase que diariamente à livraria da moda” (Hallewell, 1985: 347). Desde o ex-governador Washington Luis, até os mais importantes modernistas, entre os quais, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti Del Picchia.

Enquanto José Olympio ia adquirindo, na livraria Garraux, muito dos conhecimentos e das relações pessoais que lhe proporcionariam o seu êxito posterior como um dos maiores editores dos anos 30; um outro paulista, Monteiro Lobato²² (1882-1948), dava os “primeiros passos para o renascimento da atividade editorial brasileira e que iriam revolucionar as perspectivas do autor brasileiro” (*op. cit.*, 236).

Filho e neto de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba, Monteiro Lobato recebeu a tradicional educação jurídica reservada aos membros de sua classe. Mas, antes mesmo de concluir a faculdade, já publicava artigos e contos que, segundo Hallewell, “tiveram seu *début* quando alguns de seus amigos

(Luiz Pereira Barreto, Plínio Barreto, Júlio Mesquita e Alfredo Pujol) lançaram a *Revista do Brasil*,²³ em 1916, e o convidaram para participar.

Um ano depois de ligar-se à revista, o avô de Lobato morreu deixando-lhe uma grande fortuna em terras. Ele, que já vinha elaborando amplos e diversificados projetos, “típicos de um empresário cultural” (Miceli, 1979: 17), vendeu a fazenda, apropriou-se da herança e mudou-se para São Paulo, em 1917, junto com a mulher e quatro filhos.

Parte do dinheiro adquirido com a venda da fazenda foi usado por Lobato para financiar a publicação de *Saci-Pererê*, e de *Urupês*, uma coletânea com 12 contos, com uma mensagem marcadamente nacionalista. Estes dois livros foram impressos na gráfica do *Estado de São Paulo*, jornal em que se destacava como colaborador regular. A primeira edição de mil exemplares de *Urupês* saiu em junho de 1918 e foi vendida em um mês, sendo reeditada sucessivas vezes em menos de dois anos. Em princípio de 1920, Lobato “arriscou uma nova edição de oito mil exemplares, tiragem quase inaudita para um livro brasileiro de ficção na época. Até 1923, tinham sido feitas nove impressões, totalizando trinta mil exemplares, número que, como a experiência demonstraria, representava aproximadamente o ponto de saturação do mercado para um livro de ficção naquela época” (Hallewell, 1985: 241).

Nesse meio tempo, Monteiro Lobato, que de colaborador frequente da *Revista do Brasil* havia se tornado seu diretor, adquiriu em 1918, o seu controle acionário, até então em mãos do grupo Mesquita. E, em março de 1919, lançou a “Monteiro Lobato e Companhia”, continuando ainda a usar o sinete editorial Edições da “Revista do Brasil”. A “companhia” era Octalles Marccondes Ferreira, um mineiro de 18 anos, e futuro dono da maior editora dos anos 30, a Companhia Editora Nacional.

A junção da Sinete da *Revista do Brasil* com a nova firma foi fundamental para o seu sucesso. Monteiro Lobato revolucionou, nos anos 20, todos os aspectos da indústria nacional de livros, em especial os seguintes domínios: a distribuição, a propaganda e o aspecto gráfico dos livros.

O arrojado editor se deu conta de que o mais sério problema enfrentado pelo livro brasileiro era a falta de uma rede adequada para sua distribuição: ao todo, no país, havia pouco mais de trinta livrarias. “Seu

primeiro passo foi aumentar os possíveis pontos de venda para perto de duzentos, utilizando a rede de distribuição da *Revista do Brasil*”. Em seguida, “escreveu a todos os agentes postais do Brasil (1.300 ao todo) solicitando nome e endereço de bancas de jornal, papelarias, farmácias ou armazéns que pudessem estar interessados em vender livros” (*op. cit.*: 245). O que, na prática, significou o estabelecimento de quase dois mil distribuidores espalhados pelo país, em todo tipo de loja de varejo. Segundo o editor, “os únicos lugares em que não vendi foi nos açougues, por temer que os livros ficassem sujos de sangue”.²⁴

Além dessas medidas de ordem “infra-estrutural”, Monteiro Lobato lançou uma ampla publicidade dos livros que editava nos jornais. Como um empresário moderno, se deu conta que a forma de propaganda então vigente no meio dos livreiros era antiquada e inoperante. Já não era mais possível, no seu modo de ver, que os livros fossem vendidos apenas pela recomendação verbal do livreiro a cada freguês, o que supunha um conhecimento íntimo de uma clientela muito reduzida. E era isto que fazia José Olympio na Livraria Garraux, nos anos 20, enquanto Lobato alardeava que se os livros deviam ser vendidos como sabão, eles precisavam ser anunciados enquanto tal. Ele descobriu a pólvora, numa época em que ler, comprar e frequentar livrarias era ainda e sobretudo símbolos de distinção, utilizados com esmero pela elite pensante — ou com pretensão a tal — do período.

Reformulou o projeto gráfico dos livros, principalmente as capas, evidentemente um aspecto nada desprezível para tornar um livro tão atraente como qualquer produto de consumo. O livro perdeu assim o seu aspecto recatado e, colorindo-se, profanou-se. “Mandei chamar desenhistas”, — dizia Lobato — “e mandei pôr cores ber-rantes nas capas, e também mandei pôr figuras”. O próprio título dos livros, se necessário, seria alterado. “Ponha de preferência um nome feminino — aconselhou certa vez a um autor — porque em cheirando a mulher lá dentro, os leitores concupiscentes compram ‘por ver’: *editar é fazer psicologia comercial*” (Lobato, 1959).

Dessa maneira, no início dos anos 20, a “Monteiro Lobato e Companhia” tornou-se um sucesso, comprovado por ininterrupto progresso de vendas. A firma vendia em média quatro mil livros por mês e, em 1921, publicava uma nova edição a cada

semana. Em 1923, tinha quase 200 títulos em catálogo, em grande parte de autores brasileiros. A marca "Monteiro Lobato" era de tal forma poderosa que parecia ser suficiente para vender livros por si só.

De fato, Monteiro Lobato — segundo Wilson Martins — "monopolizou toda a glória da imensa expansão editorial dos anos 20; graças ao seu extraordinário poder de auto-propaganda e ao meio privilegiado e prestigioso de publicidade que lhe proporcionaram a *Revista do Brasil* e o *Estado de São Paulo*" (1977:212).

Mas se a glória do editor foi notável, a sua queda também foi vertiginosa. Em 1925, quando a sua firma liquidou, o editor falido desfrutava, no entanto, a condição de autor mais vendido do país, nada menos que 250.000 exemplares. A sua falência se deveu, em grande parte, ao contexto mais geral de crise econômica que se abateu sobre o Brasil, após o *boom* do pós-guerra. Em 1923, ano em que a editora "Monteiro Lobato e Companhia" começou a sofrer os primeiros baques, o custo de vida havia atingido níveis insuportáveis (era quase o dobro em relação ao final da guerra). Essa situação atingiu em cheio a editora, principalmente porque Monteiro Lobato — com o propósito de renovar o projeto gráfico dos livros e com a intenção deliberada de editá-los no país — havia importado, dos Estados Unidos, as máquinas mais modernas de impressão e acabamento, no momento em que a taxa de câmbio em vigor estava particularmente desfavorável.

De 1923 a 1925, a editora viveu um quadro de ininterruptas crises que, somadas, promoveram a sua liquidação e contribuíram para o fim da experiência de Monteiro Lobato enquanto editor. Mas em novembro de 1925, a "companhia", Octalles Marcondes Ferreira, seu ex-sócio, fundava a Editora Nacional. E já se preparava para iniciar seu programa editorial com "cinco mil exemplares do primeiro de todos os livros escritos sobre o Brasil, o relato de Hans Staden de sua aventura entre os canibais, no século VI, *Meu Cativo entre os Selvagens Brasileiros*" (Hellewell: 268).

Enquanto isto, José Olympio assumia a gerência da Livraria Garraux e dava os primeiros passos em direção a sua futura atividade profissional. Seria, em breve, um livreiro e editor; mais que isto, seria, junto com Octalles Marcondes, o editor mais importante do Brasil nos anos 30.

Procuraremos a seguir acompanhar, sinteticamente e de maneira sincrônica, as trajetórias dos maiores editores dos anos 30 e de suas respectivas editoras: a Companhia Editora Nacional e a Livraria José Olympio Editora. É preciso, no entanto, ter em mente que o êxito de ambas não teria sido possível sem a experiência pioneira do editor Monteiro Lobato (que, entre outras coisas, provou que as obras de autores brasileiros podiam ser publicadas em bases comerciais) e sem o contexto favorável dos anos 30 (que, como vimos, propiciou o *boom* editorial do período).

Quando Octalles Marcondes fundou, em 1925, a Nacional, Monteiro Lobato ainda permaneceu ligado a esse novo projeto editorial. Sua contribuição efetiva, no entanto, não era mais como editor e sim como autor e tradutor de obras de língua inglesa. Como autor escreveu livros infantis de venda excepcional, imprescindíveis para o êxito da Nacional (pois toda nova editora necessita desesperadamente de um autor *best-seller* para sobreviver durante os seus primeiros anos).

Todo o trabalho efetivo de construção da Nacional coube a Octalles, que se definia como um editor tradicional. Realista nos negócios, restringiu a nova firma à atividade editorial, separando-a do setor gráfico,²⁵ tido por ele como a razão principal da falência da antiga Companhia. Ao mesmo tempo, concentrou a sua linha editorial na publicação de livros didáticos e na literatura de ficção, estrangeira e brasileira. Mas, diferentemente de Monteiro Lobato (cuja nítida preferência pelos problemas da hora e pela publicação de autores brasileiros do presente, lançou muitos escritores desconhecidos), Octalles, um conservador em matéria de literatura, editou apenas os nomes menos avançados e mais conhecidos (como por exemplo, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia). Apesar disso, "foi longe, noutros terrenos, como se comprova pela famosa *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, talvez o mais notável empreendimento editorial que o país conheceu até hoje" (Candido, 1984: 33). Esta coleção abrangia cinco sub-séries, entre elas, a *Brasiliana*, dirigida por Fernando de Azevedo.

O sucesso da Nacional foi notável. Se no início dos anos 30 já era a maior editora de São Paulo, em 1938 respondia por um terço de toda a produção do país. Este êxito se deveu, por um lado, a seu projeto editorial centrado principalmente na publi-

cação dos gêneros de maior rentabilidade (a literatura de ficção e as obras didáticas). E, por outro lado, à competência empresarial de Octalles Ferreira, principal responsável pelo crescimento e pela ampliação da editora.

Enquanto Octalles garantia a expansão da sua editora; através da aquisição, em 1932, da Civilização Brasileira (o que proporcionou à Nacional a posse de uma filial e de uma livraria estrategicamente localizada no Rio de Janeiro); José Olympio, após longos anos de aprendizado na Garraux, abriu em 1931 a sua livraria.

No final de 1932, José Olympio editou o seu primeiro livro: *Conhece-te pela Psicandlise*, tradução de um popular livro americano, que teve um impacto imediato junto ao público, não só no período como durante vários anos (prova disso foram as suas sucessivas reedições).²⁶ Todavia, os primeiros dois anos da editora foram marcados pela instabilidade política que tomou conta do Estado e em particular da cidade de São Paulo. Diante desse quadro, José Olympio só voltou a editar no início de 1933. Nesse mesmo ano, publicou *Os Párias*, de Humberto de Campos, que lhe proporcionou o lucro necessário para consolidar a sua editora. O livro foi um sucesso estrondoso de vendas e seu autor tornou-se a viga mestra do período inicial da José Olympio.

Em 1934, José Olympio mudou-se geograficamente para o Rio de Janeiro (instalando aí a sua nova "Casa", nome com o qual designava a sua Livraria Editora) e "comercialmente para a moderna ficção brasileira" (Hallewell: 357). Percebendo que o clima era favorável a tudo que dissesse respeito ao Brasil, José Olympio resolveu investir em romances e, mais ainda, no escritor brasileiro.

O momento era extremamente favorável para a literatura e foi no campo de edições literárias que José Olympio se especializou e se distinguiu. Vem daí o prestígio inigualável que ele adquiriu, nos anos 30, enquanto editor. Nem mesmo Octalles Marcadas que nesse período era dono da maior editora do país, desfrutava tal condição. Além disso, no ano de 1936 (o melhor de todos para a atividade editorial brasileira entre as guerras) foram publicadas, pela José Olympio, 66 novas edições. Entre elas, o primeiro número da coleção *Documentos Brasileiros*, sob a direção de Gilberto Freyre.

Em resumo, o êxito editorial de José Olympio deveu-se às seguintes razões. Em primeiro lugar, ao projeto editorial e gráfico de seus livros a mancha colorida com o desenho central em branco e preto, criada por Santa Rosa, tornou-se o "símbolo da renovação estética incorporada ao gosto público (Candido, 1984: 34). Em segundo, ao cuidado do editor em cultivar as amizades pessoais e o relacionamento com seus autores e, em especial, com os críticos. As apreciações dos últimos, quando favoráveis, eram incorporadas às orelhas dos livros. E por fim, à colaboração de vários escritores que ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instâncias do governo central.

* * *

A atividade editorial brasileira no período entre a guerra (1940-44) conheceu um novo surto de expansão e inúmeras editoras apareceram: "uma em cada esquina", segundo Edgar Cavalheiro.²⁷ Essa ampliação foi acompanhada por uma ênfase crescente nos autores estrangeiros e por uma diminuição do interesse pela literatura nacional, que já não possuía o florescimento dos anos 30. Nesse contexto, a Casa José Olympio viu-se privada da distinção que adquirira na década anterior, embora continuasse a ser — e por longo tempo — uma das editoras mais sólidas e bem sucedidas do país. Por outro lado, a criação da Editora Martins, localizada em São Paulo, contribuiu também para essa perda de *status* da José Olympio, na medida em que capitalizou muitas das atenções e da produção de importantes escritores e intelectuais da época.

E é sobre esta editora que falaremos a seguir, encerrando, assim, o presente segmento do texto. Para o propósito deste trabalho (cuja finalidade última é proceder a uma análise dos "novos retratos" do país), falta apenas acompanhar a trajetória do editor José de Barros Martins e de sua editora.

José de Barros Martins, assim como fizera José Olympio, abriu primeiro uma livraria e só depois fundou a sua editora. Mas ao contrário deste, Martins não tinha nenhuma experiência anterior no setor livreiro. Era, até 1937, escriturário do Banco do Brasil e estudante da Faculdade de Filosofia da USP (a qual não chegou a concluir, tendo ingressado posteriormente na Faculdade de Direito). Apesar disso, era um assíduo frequentador de livrarias e

de sebos da cidade. Antes de criar seu próprio negócio, importava livros para si mesmo e para alguns amigos.

Em 1937, pediu demissão do Banco e abriu, em São Paulo, a Livraria Martins, que no início de suas atividades dedicava-se sobretudo à importação de livros raros e de luxo, vindos principalmente da França, Inglaterra e Estados Unidos. O que fez da livraria um verdadeiro “clube de bibliófilos”, segundo Mário da Silva Brito (1969: XXIV). Ela veio preencher o lugar vazio deixado pela Garraux (que, em 1932 fechou definitivamente as suas portas), passando a ser freqüentada por expressivos nomes da sociedade paulistana.

A criação da livraria, transformada três anos depois em editora, ocorreu num contexto cultural extremamente favorável. A Universidade de São Paulo, em processo de consolidação, formava as suas primeiras turmas, ampliando as perspectivas de conhecimento e de pesquisa. Aliado a isto, o Departamento de Cultura, criado em 1935, por Mário de Andrade, funcionava como um centro de difusão de pesquisa e de debates culturais.

São Paulo voltava a recuperar a sua proeminência na vida cultural do país, readquirindo a posição que desfrutara na década de 20 e que perdera, até meados dos anos 30, para a antiga capital federal. Não foi por outro motivo que José Olympio, em 1934, mudou para o Rio de Janeiro, levando consigo a mulher, a “Casa” (a livraria editora) e vários dos mais importantes escritores e intelectuais do período (alguns deles ligados, até então, à Editora Nacional).²⁸

O “vazio cultural” deixado pela saída de José Olympio, só seria preenchido seis anos mais tarde com a criação, em 1940, da Editora Martins. É que Octalles Marcondes, não se prestava ao papel de agitador cultural, tão bem desempenhado por José Olympio, no Rio de Janeiro. Ao contrário da Editora José Olympio que se distinguira pela especialização em um gênero particular, a Nacional investia nas áreas mais diversificadas, ainda que notadamente na literatura de ficção estrangeira (como os romances policiais, por exemplo, gênero tido como menor pela crítica da época) e em obras didáticas. Por esta razão, Octalles, o maior editor independente do país, nunca chegou a ter a reputação de José Olympio.

No mundo editorial, o prestígio assim como o lucro — indício seguro de uma

editora bem sucedida — são os mais cobiçados predicados. É por meio do prestígio que os editores se diferenciam do simples comerciante e do empresário. E mais: é, através dele, que os negócios editoriais parecem perder a sua dimensão “profana”, e ganhando uma espécie de “aura”, que os demais empreendimentos empresariais dificilmente chegam a possuir um dia (a não ser em contextos sociais e políticos muito particulares).²⁹ O prestígio, por recobrir a condição primeira de empresários de bens culturais, é um dos meios que os editores dispõem para serem reconhecidos e se reconhecerem como sujeitos destinados a uma missão social de alcance e importância consideráveis. Pelo menos no Brasil e no período em questão, este parece ser o caso.

Nenhuma outra pessoa soube tão bem construir essa imagem do editor predestinado a cumprir uma missão, quanto José de Barros Martins. Deixamos que ele fale por si “Não podemos fugir à constatação de que as coisas do espírito foram sempre relegadas a um plano secundário entre nós. Aos editores caberia o nobre encargo de suprir as deficiências dos poderes públicos. *A eles, o encargo da função cultural que o País suplicava.* O Brasil é um país de auto-didatas, sem escolas, sem cursos especializados. (...) Num tal ambiente *o papel reservado aos editores é, indiscutivelmente, de tremendas responsabilidades.* O livro, como instrumento de trabalho e de cultura, eis o que lhe compete produzir, quase sempre enfrentando as condições mais adversas. *Nenhum outro laboratório ou campo de aprendizagem servirá talvez de melhor espelho para vermos, entendermos e amarmos o Brasil do que o escritório de um editor.* Com o romancista, ele ausculta as angústias e esperanças, os sofrimentos e alegrias do seu povo. Com o sociólogo, estuda os problemas da formação, desenvolvimento e futuro do País. Com os poetas, canta a ternura de nossas mulheres e embala-se no ritmo da nossa gente. Com o pintor e ilustrador analisa e marca os nossos tipos e os ambientes que constituem a característica de nossa paisagem humana. Mas o escritório de um editor ainda tem mais coisas. Tem, por exemplo, os jovens estudantes do entusiasmo e de esperança que ali vão, tímidos e indecisos, levar em humildes originais, os melhores sonhos que os embalaram, as melhores esperanças do futuro” (1950 21/22; grifos meus).

A fala transcrita exige a sua contextualização na trajetória da editora e do editor que a pronunciou. Como mencionei anteriormente, José de Barros Martins fundou, em 1940, o seu próprio departamento editorial, que ficou sobre a direção de Edgard Cavalheiro (futuro biógrafo de Monteiro Lobato). A criação da editora parece ter sido estimulada pela deflagração da Segunda Guerra Mundial, visto que a livraria já não poderia mais sobreviver com a importação de livros vindos da Europa. Nesse mesmo ano, editou o primeiro volume da *Coleção Biblioteca Histórica Brasileira*, confiada ao então bibliotecário municipal de São Paulo e conhecido bibliófilo, Rubens Barbosa de Moraes; assim como o primeiro número da *Biblioteca de Ciências Sociais*, empreendimento inédito no país, sob a direção do sociólogo norte-americano, Donald Pierson.

Por sua fama de anti-getulista convicto, Martins atraiu para a sua editora muitos dos escritores perseguidos pela ditadura do Estado Novo (1937/1945), entre eles, Jorge Amado. Conforme sugere Hallewell, “para um editor que iniciava seu negócio sob o Estado Novo, o programa de José de Barros Martins talvez fosse mais notável pelo que não continha. A inabalável recusa em publicar o que quer que fosse favorável ao regime, ou à sua filosofia, era tão eficiente para rotulá-lo de ‘subversivo’ quanto teria sido a publicação de material contrário ao regime” (*op. cit.*: 417).

A nova editora atraiu não só os adversários convictos do regime como grande parte dos intelectuais e escritores mais expressivos da época. “Eram os de São Paulo que vinham, os do Rio, os do Sul e do Norte”. A toda hora, pela editora, segundo Silva Brito, “apareciam artistas e escritores, poetas e romancistas, sociólogos e economistas, historiadores e professores, enfim pessoas que, de algum modo, a ela se ligavam como amigos, escritores e colaboradores” (*op. cit.* XXIV).

Os colaboradores tiveram um peso importante no êxito da Martins. Compunham o que se pode chamar hoje de *staff* da editora. Vários deles eram professores da Universidade de São Paulo e/ou integrantes do Departamento de Cultura, como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula, Herbert Baldus, Pierre Monbeig, e os já mencionados Rubens Borba de Moraes e Donald Pierson. Estes colaboradores, sob

a constante supervisão de Martins, foram os principais responsáveis pelo seu programa editorial, cuja singularidade marcante (quando comparado com os programas das demais editoras importantes) deve-se à quase absoluta edição de autores brasileiros.³⁰

Além da singularidade de seu programa editorial, merece ser destacado o primoroso trabalho gráfico e estético, uma marca da Martins. As demais editoras, com exceção da José Olympio, pouco fizeram neste setor. Os livros da Martins eram o resultado de um cuidadoso trabalho de edição, revelado na escolha de tipos, nos belos capitulares, nas ilustrações, na diagramação, no papel e sobretudo nas capas, criadas por artistas como Clóvis Graciano, Darcy Pentead, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Iberê Camargo, Di Cavalcanti, entre outros.

A importância que a Martins teve, nos anos 40, deveu-se ao cuidado gráfico e estético de seus livros, a seu projeto editorial, ao *staff* de seus colaboradores e, principalmente, ao trabalho realizado por seu editor. José de Barros Martins soube fazer de sua editora, do seu escritório de trabalho e inclusive de sua própria casa, um centro de confluência e de irradiação dos intelectuais, artistas e escritores da época. Martins conseguiu tal destaque graças, por um lado, ao seu empenho em cultivar as relações pessoais e, por outro, ao seu trânsito no universo cultural e intelectual da época, notadamente paulista. Pois, além de editor, era um agitador cultural, tendo sido também diretor do Departamento de Cultura de São Paulo.³¹

Uma vez mencionado o empenho de Martins em bem se relacionar com os escritores, artistas, críticos e intelectuais, vale a pena chamar a atenção para um outro tipo de atividade que realizava com uma certa frequência, fora de seu escritório de trabalho. Refiro-me às festas, às recepções “regadas com uísque digno”, aos jantares de “boa comida e de finos vinhos”, que promovia em sua própria casa, sob o “comando” de sua mulher, Edith Martins. Reuniões que, segundo Silva Brito, “homenageavam amigos, autores seus, escritores de outros estados. Noitadas de alegria, com Paulo Mendes de Almeida e Aparecida, sua mulher, dançando tangos ao modo dos cabarés anteriores à Revolução de 30; com Almirante historiando a evolução da música brasileira; com trios seresteiros de violão, cavaquinho e flauta; ou Araci de Al-

meida revivendo Noel Rosa; ou Dorival Caymi e suas cantigas baianas; ou Jacó do Bandolim e seus chorinhos. Noites de festa para Lúcia Miguel Pereira e Octávio Tarquínio de Souza, para Érico Veríssimo, José Lins do Rego, para quem não me lembro mais, com Sérgio Milliet cantando *Junto da Morena*, sua tradução de *Au Pres de Ma Blonde*; Mário de Andrade em versões que fizera de outras modas francesas; Sérgio Buarque de Hollanda em canções estudantinas de Heidelberg; com Antonio Candido imitando presentes e ausentes; com o próprio José de Barros Martins desfilando e desfiando descabelados e *arraballeros* tangos ou inventando *boutades* e divertidas fábulas em recente improviso" (1967: XXXVI).

Além desses encontros festivos, José de Barros Martins, por duas vezes, em 1950 e em 1957, editou dois livros dedicados à história da sua editora, que não se destinavam ao circuito comercial. Edições comemorativas e restritas, de mil e poucos exemplares, feitas em papel *bouffant* e, em número menor, em papel vergé finlandês.³²

Qual o sentido dessas edições e dos eventos festivos mencionados acima? Auto-propaganda? Ou simples manifestação de desperdício do editor? Esta última seria a questão de alguém que, imbuído de uma "razão prática", vê o mundo a partir de uma ordem estritamente pragmática. E, desse ponto de vista, festas e livros não voltados para o mercado são como dinheiro jogado fora. Porém na ordem da cultura a racionalidade é outra. Pois, como se sabe, festas, jantares "finos" e, no caso, livros "sacrificados" são como "excedentes" simbólicos (ritualisticamente oferecidos), cuja função, se assim podemos dizer, é a de atualizar a lógica da dádiva,³³ tornada arcaica nas sociedades que, como a nossa, são reguladas pelo mercado. Dito de outro modo, festas, recepções e livros fora de circulação comercial são como um dos instrumentos privilegiados de aquisição de prestígio para quem os promove. E isto José de Barros Martins sabia praticar com maestria. Prova disso está, como vimos, no sucesso alcançado por sua editora, devido mais à reputação que adquiriu no meio intelectual, artístico, literário e editorial, do que ao montante de títulos e de exemplares publicados.³⁴

No final da década de 50, porém, José de Barros Martins, o "príncipe dos edito-

res brasileiros", teria que dividir o seu reinado com aquele que assim o qualificou e o suplantou: Ênio Silveira, da Civilização Brasileira. Nos anos 60, esta editora se tornaria o mais importante canal de divulgação da moderna literatura brasileira, européia e americana.³⁵ E seria a grande responsável pela renovação do mercado editorial do período.

Encerramos aqui a história de uma linguagem e de seus herdeiros, iniciada nos anos 20 com Monteiro Lobato. Seus sucessores diretos, Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio, José de Barros Martins e por fim Ênio Silveira, foram os principais responsáveis pela circulação e visibilidade que adquiriram "os retratos do Brasil". Numa tradição que se iniciou em 1931 com a *Coleção Brasileira* (seguida pela *Documentos Brasileiros* e pela *Biblioteca Histórica Brasileira*) e parece esgotar-se com *Retratos do Brasil*, na década de 60.

De lá pra cá muita coisa aconteceu e o Brasil mudou é certo, mas é certo também que esses "retratos", por si mesmos, já não despertam grande interesse e estão, num certo sentido, anacrônicos. Estamos hoje, parece, mais "seduzidos" pela "paixão" de "olhar" os interstícios da História e pelo fascínio de pensar sobre o próprio pensamento — nosso e dos outros — do que por exercitar as "artes da cartografia": uma marca das coleções que analisaremos no próximo segmento. Sinal dos tempos? Mudança dos paradigmas explicativos? Transformações no campo intelectual brasileiro? Alterações do perfil das instituições de produção do saber? Reflexos da indústria cultural? Ou indício também de que a lógica editorial de hoje já é outra?

IV — As coleções: Uma análise comparativa

As coleções *Brasileira*, *Documentos Brasileiros* e *Biblioteca Histórica Brasileira* são o resultado da articulação do sistema de produção intelectual com o sistema editorial, vigentes nos decênios de 30, 40 e 50. Esta articulação, por sua vez, diz respeito à situação mais geral da cultura brasileira.

Diferentemente do que se verifica, desde os finais do século XIX na Europa, onde assiste-se a um processo de autonomização de determinadas esferas da cultura, não ocorre aqui, até a década de 50, uma diferenciação nítida entre um pólo de produção cultural restrito e outro de produção

ampliada, voltado e conectado com o mercado. Ao contrário, como sugere Renato Ortiz, “entre nós as contradições de uma cultura artística e outra de mercado não se manifestam de forma antagônica” (1988: 29). Exemplos? O escritor editor, o literato jornalista, o pensador polivalente, o antropólogo radialista, o jornalista crítico literário. O trânsito entre essas esferas constitui a norma, marcando de maneira indelével a produção cultural no país, no período que se estende dos finais do século passado à década de 50.³⁶

O trânsito entre esferas culturais distintas é praticado, com frequência, pelos intelectuais da época. Frente a uma indústria cultural embrionária e diante da ausência de campos profissionais claramente delimitados (o que só irá ocorrer com a consolidação do sistema universitário), eles se voltam para o Estado,³⁷ por reconhecê-lo como o espaço privilegiado por onde passa a questão nacional (isso vale tanto para os que o apoiaram no regime de Vargas, como para os isebianos que o criticaram). Por outro lado, os intelectuais formados no interior do campo de produção de saber da época (recoberito pelas academias de letras, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito, de medicina, de engenharia e, em número significativamente menor, pelas faculdades de ciências sociais e de educação) se dirigem para o mercado editorial, que, como vimos, conheceu uma expansão impressionante no decênio de 30, acentuada nas décadas posteriores.

As coleções, nesse contexto, aparecem como um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época. Por esta razão, devem ser analisadas como um dos “requisitos institucionais” que moldaram o perfil do campo intelectual do período.

É necessário enfatizar que as coleções também cumprem um papel importante no mundo editorial, embora não garantam às editoras que as implementam um montante significativo de lucro. A *Brasiliana*, por exemplo, que conheceu o seu *boom* na década de 30 e meados dos anos 40, passou, a partir de então, a dar prejuízos sistemáticos à Nacional. Sua continuidade só foi possível graças aos subsídios do governo federal, feitos através da compra de 500 exemplares de cada livro pelo Instituto Nacional do Livro.

Mas se o lucro não é o motivo que explica a existência dessas coleções (visto

que a *Brasiliana*, por exemplo, continuou a ser editada até o início dos anos 70, apesar de condições materiais adversas), qual seria então a sua razão de ser? Esta se encontra no “lucro” indireto que os editores e suas editoras ganham com a sua publicação. “Lucro” este que pode ser traduzido por meio do trânsito e da distinção que adquirem junto ao meio intelectual, artístico, literário e editorial da época.

Os editores, através dessas coleções, parecem afirmar a sua “missão” específica, na medida em que o trabalho de editar, por ganhar um sentido cultural mais amplo, torna-se um dos principais canais de difusão, ampliação e consolidação da cultura brasileira. Dessa maneira, procuram mostrar que, assim como fizera antes Monteiro Lobato, *não editam para “mais facilmente ficarem ricos”* e sim para cumprirem a “função cultural” que o país lhes “exige” (Martins, 1950). Nesse sentido, as coleções (enquanto espaço privilegiado para a atualização dessa “missão” e, ao mesmo tempo, enquanto fonte de prestígio e de *status*) aparecem como símbolos emblemáticos de distinção a marcar e sinalizar as diferenças entre os próprios editores.

Por outro lado, através da caracterização das editoras que as viabilizaram, é possível apontar aspectos importantes do universo intelectual do período. Aspectos estes que dizem respeito às diferenças significativas entre o Rio de Janeiro e São Paulo, em termos de seus contextos culturais mais amplos. Enquanto parte importante do *staff* de colaboradores da José Olympio parecia mais ligada ao *establishment* (particularmente no período de violência do Estado Novo)³⁸ a Martins, uma espécie de microcosmo da vida cultural paulistana, congregava tanto os intelectuais envolvidos nos projetos do Departamento de Cultura, como os intelectuais inseridos na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola de Sociologia e Política. Já a Nacional, a maior editora da época, portadora de um projeto mais diversificado (voltado sobretudo para a edição de obras de ficção, estrangeira e nacional, e para a publicação de livros didáticos) revelava-se uma editora mais profissional, na medida em que mantinha uma certa distância das questões políticas e ideológicas que dividiam os intelectuais, sobretudo nos anos 30 e 40.

Fontes de prestígio para os editores que as viabilizaram, lugar de consagração para

os autores editados, as coleções são antes de tudo uma porta de entrada para a compreensão do universo intelectual e cultural dos anos 30, 40 e 50. Caracterizam-se pela edição de autores representativos do período e pela reedição de autores nacionais e estrangeiros, especialmente dos viajantes.

Semelhantes em vários aspectos, temáticos e formais, apresentam uma estrutura geral similar ao "modelo euclidiano" de apreensão da realidade, tal como aparece em *Os Sertões*. Isto é, trata-se de uma produção centrada sobretudo na caracterização da Terra (leia-se geografia, biologia, botânica, arqueologia), do *Homem* (viajantes e cronistas, antropologia e etnologia, folclore, memórias, etc.). A *Luta*, por sua vez, refere-se menos aos aspectos conflituosos da história brasileira, e mais à *tensão* que se pode detectar, no interior da *Documentos Brasileiros* e da *Brasiliana*, entre os ensaios de interpretação sobre o Brasil e os trabalhos de cunho historiográfico.

Apesar de seguirem este "modelo euclidiano" de organização e leitura da realidade, as coleções apresentam diferenças relevantes que merecem ser destacadas.

A *Brasiliana*

A *Brasiliana*, criada em 1931, fazia parte de um projeto editorial mais amplo, lançado pela Nacional e intitulado *Biblioteca Pedagógica Brasileira* — BPB. Esta coleção subdividia-se em cinco séries distintas, quais sejam: *Literatura Infantil*, *Atualidades Pedagógicas*, *Livros Didáticos*, *Iniciação Científica* e a *Brasiliana*.

Fernando de Azevedo³⁹ (1894-1974) foi encarregado por Octalles Marcondes Ferreira de organizar a B.P.B., tendo sido responsável pela direção tanto da *Brasiliana* (dirigiu-a até 1958, sendo substituído a partir de então por Américo Jacobina Lacombe) quanto da série *Livros Didáticos*. Esta última pretendia renovar e consolidar o livro didático brasileiro.

Em carta endereçada a Venâncio Filho,⁴⁰ em fevereiro de 1934, Fernando Azevedo expõe ao amigo o projeto e a situação das coleções acima referidas.

"Conversando hoje com o Octalles a respeito da B.P.B., assentamos certas medidas de extensão editorial e cultural, para cuja execução de acordo com o nosso plano, precisamos da colaboração do que o professorado, no Brasil, tem de melhor. Você sabe que esse plano interessa diretamente

tanto à obra de renovação escolar como aos professores em geral, e particularmente aos editados. Dos alunos, não se fala, que serão os primeiros atingidos pela ação da B.P.B.

Pretendemos agora desenvolver largamente e intensamente as séries *Atualidades* e *Iniciação Científica* e a série de *Livros Didáticos* (poemas, livro de textos e livros fontes) que é a série fundamental, na qual terão de se apoiar as outras. A *Brasiliana* e a *Literatura Infantil*, pode-se dizer que já têm condições de vida própria.

A vista disso, peço-lhe com o maior empenho que me indique nomes e me auxilie na escolha de professores para escrever livros escolares de todas as matérias que constituem o curso secundário. Os melhores livros, os mais bem feitos e bem apresentados, os mais modernos e vivos, pelo preço muito barato, não serão um grande serviço à reorganização da educação pública no Brasil"? (grifos do autor).⁴¹

Enquanto um dos mais destacados educadores brasileiros, engajado desde os anos 20 no movimento pela renovação pedagógica da escola pública, designado por "escola nova", Fernando de Azevedo encontrará na implementação desse projeto editorial um dos canais para a concretização do seu projeto educacional mais amplo. Aliado a ele, o empenho na divulgação da cultura e do pensamento brasileiro, uma marca da *Brasiliana*. Mas na ordem de prioridades, a educação, como explicita Fernando de Azevedo na carta transcrita acima, ocupa o lugar central.

A série *Livros Didáticos* é não apenas a mais fundamental como deve servir de referência para todas as outras. E para viabilizá-las, diretor e editor lançam mão de uma iniciativa até então inédita no campo editorial brasileiro. Inauguram a prática de encomendar aos autores os livros específicos para as coleções.

Os educadores e os chamados pensadores conservadores são, nos anos 30, os dois grandes grupos de especialistas aptos a responderem a essa demanda editorial. E mais, a fixarem, através de complexas análises sobre a organização política e social brasileira, "o repertório de problemas que, sob roupagens lingüísticas as mais variadas, se vem transmitindo de geração em geração até hoje" (Santos, 1978: 39). Análises estas que foram difundidas sobretudo pela *Brasiliana* e pela *Documentos Brasileiros*.

* * *

Os livros da *Brasiliana*, editados em formato pequeno (13 de largura por 18,5 cm de altura), possuem uma capa padronizada: um contorno do mapa do Brasil, pontilhado de estrelas. O que muda de título para título são as suas cores. As orelhas também são padronizadas. No verso, indicações das futuras publicações, na frente, uma apresentação da coleção, feita invariavelmente nos seguintes termos:

“A 5.^a série, que figura na B.P.B., com o título de *Brasiliana*, é a mais vasta e completa coleção e sistematização que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos etc.), de reedição de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sobre o Brasil eram unânimes em reconhe-

cer as grandes dificuldades criadas para as suas investigações, pela raridade de informações e de consulta, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase todas dispersas. A Companhia Editora Nacional propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las e a promover e estimular a produção deste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação que granjeou desde logo a *Brasiliana* veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos”.

A *Brasiliana* editou, entre 1931 e 1960, 211 autores e publicou 307 títulos,⁴² classificados em 18 gêneros distintos, conforme revela o quadro de assuntos que construímos, indicado a seguir:

QUADRO N. 1
GÊNEROS EDITADOS PELA BRASILIANA ENTRE 1931-1960

Assunto	1931-40	1941-50	1951-60	1931-60
História	49 (25,0%)	20 (37,0%)	5 (13,5%)	74 (24,1%)
Biografia e Memória	40 (19,3%)	14 (18,8%)	8 (21,6%)	60 (19,5%)
Viajantes e Cronistas	24 (12,2%)	18 (24,3%)	3 (8,1%)	45 (14,6%)
Ensaio de Interpretação sobre o Brasil	25 (12,7%)	4 (5,4%)	2 (5,4%)	31 (10,0%)
Geografia	19 (9,6%)	4 (5,4%)	3 (8,1%)	26 (8,4%)
Antropologia e Etnologia	14 (7,1%)	5 (6,7%)	5 (13,5%)	24 (7,8%)
Sociologia e Estudos de Comunidade	1 (0,5%)	3 (4,0%)	7 (18,9%)	11 (3,5%)
Educação	5 (2,5%)	1 (1,3%)	—	6 (1,9%)
Medicina e Saúde	3 (1,5%)	1 (1,3%)	1 (2,7%)	5 (1,6%)
Língua Brasileira e Línguas Indígenas	4 (2,0%)	—	—	4 (1,3%)
Correspondência	3 (1,5%)	—	1 (2,7%)	4 (1,3%)
Economia	3 (1,5%)	—	—	3 (0,9%)
Folclore	2 (1,0%)	—	1 (2,7%)	3 (0,9%)
Arqueologia	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)
Botânica	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)
Biologia	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)
Outros	2 (2,0%)	1 (1,3%)	1 (2,7%)	4 (1,3%)
TOTAL	17	196 (100%) Títulos	74 (100%) Títulos	37 (100%) Títulos
				307 (100%) Títulos

Entre os gêneros mais editados no período (1931/60), destacam-se por ordem de importância: história (24,1%), biografia e memória (19,5%), viajantes e cronistas (14,6%), ensaios de interpretação sobre o Brasil (10%), geografia (8,4%), antropologia (7,8%), que, somados, detêm 83,1% dos gêneros publicados, equivalentes a 256 livros.

As análises de tipo historiográfico ocupam o lugar central da coleção. São uma espécie de paradigma no qual se move o pensamento social da época, refratando-se de maneiras distintas nos demais gêneros, particularmente nos trabalhos de cunho biográfico (dedicados à apresentação de alguma personalidade da nossa história social, política, ou literária) e nos ensaios de interpretação sobre o Brasil (escritos por pensadores polivalentes que transitam por áreas diversificadas do conhecimento, como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Alberto Torres, para citar apenas os mais conhecidos).

A preocupação em desvendar aspectos variados da história do Brasil (inclusive de sua literatura) é constante, aparecendo porém com ênfases variadas ao longo da trajetória editorial da *Brasiliana*. As análises historiográficas, nas décadas de 30 e 40, ocupam uma posição destacada, perfazendo respectivamente 25% e 27% dos livros editados no período. O que se explica pelo movimento de "redescoberta" do país, produzido em grande parte pelo pensamento social da época que reintroduziu, a partir de novas chaves analíticas e políticas, o debate sobre a questão da cultura e da identidade nacional.

E, pois, no interior desse contexto mais amplo que se deve buscar as razões tanto para a produção de ensaios não especializados de interpretação sobre o Brasil, de cunho "sociológico" (e que, no caso da *Brasiliana*, contribuem com 12,2% e 54% dos títulos editados respectivamente nas décadas de 30 e 40), como para reedição de cronistas e de viajantes, sobretudo daqueles que, através de expedições científicas, percorreram o país ao longo do século XIX.

Matizando a filosofia racionalista do século XVIII e as reflexões de natureza detratadora para pensar e explicar a América (exemplarmente formuladas por Buffon),⁴⁴ os viajantes, como Saint Hilaire, Karl Martius, Johann Spix, Louis Agassiz, Louis Couty,⁴⁵ entre outros, produziram uma nova visão do Brasil, expressa por meio

de um conhecimento diversificado e sólido de múltiplos aspectos de sua realidade.

O que explica a importância que seus relatos de viagem adquirem para o pensamento social e para o sistema editorial dos anos 30 e 40. Décênios de intensa pesquisa e interpretação do país e de sua história. Nesse contexto, os viajantes, por oferecerem um conhecimento seguro sobre a flora, a fauna, os costumes e a geografia física e humana do Brasil no século passado, tornam-se uma fonte obrigatória de consulta para todos os que se propunham a interpretá-lo. Na *Brasiliana*, seus relatos perfazem, na década de 30, 12,2% do total de títulos editados. Na década de 40, alcançam o montante de 24,3%. Nesse decênio, a editora Martins cria a *Biblioteca Histórica Brasileira*, dedicada especificamente à reedição de alguns dos viajantes mais importantes. Esta coleção existiu até 1952, tendo publicado ao todo 19 títulos. Mas seu momento de glória situa-se entre 1940/45, período em que foram publicados 78,9% dos seus títulos (equivalentes a 15 livros), sob a direção editorial de Rubens Borba de Moraes.

Na década de 50, porém, esse tipo de literatura sofre uma queda. Na *Brasiliana*, atinge apenas 8,1% dos títulos editados. Os trabalhos historiográficos e biográficos acompanham este movimento de refluxo, embora mantenham uma posição importante no interior da coleção (13,5% e 21,6%). Outros gêneros ganham destaque, como a antropologia e a etnologia (13,5%), e a sociologia e os estudos de comunidade (18,9%), que juntamente com os ensaios biográficos, disputam o primeiro lugar no elenco dos títulos publicados.

As análises de cunho sociológico, nas décadas de 30 e 40, representam uma parcela ínfima dos títulos da *Brasiliana* (0,5% e 4%). O primeiro livro de sociologia, no sentido estrito da palavra, foi por ela publicado em 1939: *Assimilação e Populações Marginais*, de Emílio Willems.⁴⁶ Antes, de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia, nas palavras de Antonio Candido, "aparecia mais como um 'ponto de vista' do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil (Candido, 1976: 130).

As análises sociológicas e os estudos de comunidade começam a ser produzidos nos anos 40, devido à criação de cursos superiores de graduação em ciências sociais (como os da Faculdade de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo e os da Universidade do Brasil) e da articulação dessas instituições de ensino com pesquisadores estrangeiros, particularmente americanos e franceses. Data desse período a criação da *Biblioteca de Ciências Sociais*, dirigida por Donald Pierson⁴⁷ e editada, entre 1943/50, pela Martins. Durante os 7 anos de sua existência foram publicados 11 títulos de autores estrangeiros: — antropólogos e sociólogos —: 3 entre 1943/45 (27,2%), e 8 entre 1945/50 (72,7%).

O fato, porém, desses estudos só ganharem destaque, na *Brasiliana*, na década de 50, deve-se fundamentalmente a que esta coleção (assim como a *Documentos Brasileiros*, que trataremos depois) expressar e refletir o universo intelectual dos anos 30 e 40, que encontra no ensaio a sua forma privilegiada de expressão. Esta tradição

ensaística, rompida em parte na década de 50, dará lugar a emergência de um novo sistema intelectual — constituído no interior da produção científica-universitária — que sinalizará a partir de então o pensamento social brasileiro.

Nesse contexto mais geral de formação e consolidação de uma nova matriz disciplinar, recoberta pelas ciências sociais em sua vertente institucional, a *Brasiliana* perde a importância que adquirira nos anos de 30 e 40. O que pode ser averiguado através do montante de títulos publicados no decorrer de sua trajetória. Entre 1931 e 1960, como vimos, foram editados 307 livros, alocados da seguinte forma: 196, entre 1931/40; 74, entre 1941/50; e apenas 37, entre 1951/60. Esses números correspondem, respectivamente, a 63%, 24% e 12% do total de títulos.

A *Brasiliana* editou, entre 1931 e 1960, 211 autores. Desse total, 162 publicaram apenas 1 livro. O restante, correspondente a 145 títulos foram escritos por 49 autores, distribuídos da seguinte maneira:

QUADRO N. 2
DISTRIBUIÇÃO DOS AUTORES E DOS TÍTULOS EDITADOS
PELA BRASILIANA ENTRE 1931-1960

Total de Títulos	307	100% dos Títulos
Total de autores	211 (100% dos autores)	
Número de autores com 9 títulos	1 (0,4% dos autores)	2,9% dos títulos
Número de autores com 8 títulos	1 (0,4% dos autores)	2,6% dos títulos
Número de autores com 6 títulos	3 (1,2% dos autores)	5,8% dos títulos
Número de autores com 5 títulos	1 (0,4% dos autores)	1,6% dos títulos
Número de autores com 4 títulos	4 (1,6% dos autores)	5,2% dos títulos
Número de autores com 3 títulos	11 (5,2% dos autores)	10,7% dos títulos
Número de autores com 2 títulos	28 (13,2% dos autores)	18,2% dos títulos
Número de autores com 1 título	162 (76,7% dos autores)	52,7% dos títulos

Entre os autores mais editados,⁴⁸ encontram-se: Pedro Calmon (1902-1985), com 9 títulos, e Saint-Hilaire (1779-1853), com 8 livros. De um lado, um viajante, natura-

lista francês, que aqui esteve na primeira metade do século XIX, deixando juntamente com seus trabalhos de botânica, relatos minuciosos de suas viagens pelo interior

do país.⁴⁹ De outro, um advogado baiano, formado em 1924 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que paralelamente à atividade de professor catedrático de história e de direito público em várias instituições de ensino da antiga capital federal (Colégio Pedro II, Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Universidade Santa Ursula, PUC e Museu Nacional), trabalhou também na imprensa como redator dos jornais *O Imparcial*, da *Gazeta de Notícias* (RJ) e da *A Tarde* (Bahia). Em 1948, tornou-se reitor da Universidade do Brasil e, em 1950, Ministro da Educação e Saúde. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras (em 1936 ocupou a cadeira n. 16). Além dessas atividades, Calmon foi candidato derrotado ao governo da Bahia (em 1954 pela legenda do PSD) e deputado estadual e federal pelo mesmo estado (em 1927 pelo PR, quando seu tio Francisco G. Calmon era governador; em 1934 na legenda da Concentração autonomista).⁵⁰

No primeiro caso, um representante exemplar da ciência que se produzia no século XIX (naturalista, classificatória, que toma a flora, a fauna, o clima, as gentes e os costumes, como objetos de sua investigação). No segundo, um autor "polivalente", portador de uma vasta obra historiográfica de cunho tradicional mas de curto alcance intelectual, quando comparada com a produção teórica veiculada pelos "interpretativistas" (como Oliveira Viana e Gilberto Freyre, por exemplo), que transitava pelas esferas da política e da academia.

Abaixo de Saint-Hilaire, na ordem de classificação dos autores mais editados pela *Brasiliana*, situam-se: Francisco de Oliveira, Alfredo Ellis Júnior e Pandiá Calógeras, cada qual com 6 livros editados. Cabe enfatizar que todos eles foram publicados no decênio de 30 e primeira metade da década de 40.

Oliveira Viana (1883-1951), o mais conhecido de todos, e um dos mais destacados ensaístas, dedicou-se à interpretação e análise do país, feitas por meio de uma perspectiva teórica que visa "a percepção de contrastes, oposições e polarizações" (Santos, W.G. 1978: 45). Crítico enfático da 1.ª República e de sua constituição, oponente do liberalismo, defensor de um Estado forte para "organizar a nação", Oliveira Viana foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Instituto Internacional de Antropologia.⁵¹

Alfredo Ellis Júnior (1896—), paulista, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1917, integrou o Movimento Literário Verde Amarelo — que se pautava por um nacionalismo extremado — e colaborou em vários órgãos da imprensa paulista e brasileira. Advogado, romancista, contista e historiador, ocupou a cátedra de História da Civilização da Faculdade de Filosofia da USP, tendo se tornado seu diretor entre 1939-1941. Foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, além de deputado estadual em 1925 e novamente em 1934.⁵²

Por fim, Pandiá Calógeras (1870-1934), engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1890, cinco vezes deputado federal pelo PR de Minas, ministro da guerra entre 1918-1922, e o deputado mais votado em 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, pelo PP. Foi também escritor, jornalista e conferencista, tendo publicado 68 títulos sobre diferentes temas, nas áreas de História, Psicologia, Finanças, Indústria, Administração, Política e Pedagogia.⁵³

Autores estes que, em comum, apresentam, de um lado uma trajetória fortemente marcada pela inserção na vida política do país. De outro, uma produção teórica de tipo ensaístico, construída na confluência da história com a economia, a política e o jornalismo, cujos parâmetros balizadores são dados pelas instituições do tipo academias de letras,⁵⁴ faculdades de direito, institutos históricos e geográficos, e não pelas ciências sociais, em sua vertente institucional.

* * *

A Documentos Brasileiros

Esta coleção, criada em 1936 pela editora José Olympio, teve até 1959, dois diretores: Gilberto Freyre entre 1936/39, e Otávio Tarquínio de Souza entre 1939/59. Após a morte de Tarquínio, ocorrida em final de 1959, o cargo de diretor permaneceu vago por quase dois anos. Em 1962, passou a ser ocupado por Afonso Arinos de Mello Franco.

Os livros da *Documentos Brasileiros*, editados em formato grande (14,5 de largura por 23 cm de altura), possuem uma capa mais austera, também padronizada (criada pelo artista gráfico e colaborador

da editora, Tomás Santa Rosa), na qual consta a palmeira, símbolo da coleção. Os livros, graficamente mais bem cuidados do que os da *Brasília*, trazem quase sempre prefácios, além das orelhas e, eventualmente, ilustrações de renomados artistas, como Portinari, Clóvis Graciano, entre outros.

O título inaugural da coleção, o clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, traz a seguinte apresentação do diretor, Gilberto Freyre:

“A série que hoje se inicia (...) vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio. O característico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo.

(...) O editor já tem em mãos um grupo de estudos e de inéditos interessantíssimos, que vão aparecer nesta série. *Não se trata de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escriptulo e com todo o vagar*, visando corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país.

(...) Serão (também) incluídos estudos documentados sobre as nossas populações atuais. Quer do ponto de vista antropológico e etnográfico, quer do ponto de vista sociológico, econômico, pedagógico. Inquéritos, pesquisas, sondagens, investigações, mapas, perfis sociais que sirvam de documentação exata à técnica de trabalho, ao gênero de habitação, à dieta, aos estilos de vida, ao modo de falar, ao desenvolvimento físico e mental do brasileiro de hoje — o das cidades, o das praias, o dos sertões, o caboclo do extremo norte, o mestiço, o paulista, o adulto, o escolar, a criança. Para a apresentação de material dessa natureza contamos com a boa vontade e a colaboração dos nossos pesquisadores mais capazes, todos interessados na maior divulgação de dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob critérios diferentes, mas que esclareçam ou fixem proble-

mas de interesse geral para o nosso país e para o nosso tempo. (...) É com o fim de revelar material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos, que aparece esta coleção”. (grifos meus).

A proposta da *Documentos Brasileiros* não difere em termos gerais da *Brasília*, apesar da ênfase de Gilberto Freyre em demarcar a sua singularidade, seja através da menção ao fato de que “não se trata de uma aventura editorial mas de uma coleção planejada e organizada”, seja pela ausência explícita de qualquer referência ao empreendimento da Nacional.

Não se trata, no entanto, de uma simples questão de cópia, pois, ainda que a *Brasília* seja a matriz desse tipo de projeto editorial, ambas se articulam em torno de um mesmo sistema de produção intelectual, constituído no cruzamento das instituições de “saber” reconhecidas da época com o jornalismo e a crítica literária. Isto explica o motivo de apresentarem um modelo parecido de análise e leitura da realidade. Explica também o fato de serem concorrentes e de “disputarem” os autores mais representativos desse sistema, e o público que os lêem. Daí a referência de Gilberto Freyre tanto ao estudioso e ao “brasileiro culto” (vulgo leitor), como à “colaboração dos nossos pesquisadores mais capazes”.

Os gêneros privilegiados pela *Documentos Brasileiros* (memórias e biografias, ensaios “sociológicos” e historiográficos, etc.) são semelhantes aos da *Brasília*, embora em número menor e com pesos distintos. A diferença entre elas é sobretudo regional, enquanto a primeira é mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino — que parece atribuir maior distinção ao exercício da literatura e de sua crítica —; a segunda acompanha mais de perto o movimento intelectual e cultural de São Paulo, o que explica o aumento do peso dos trabalhos sociológicos, estrito senso, ao longo de sua trajetória.

* * *

Entre 1936 e 1960, a *Documentos Brasileiros* publicou 107 títulos,⁵⁵ classificados em 9 gêneros, conforme indica o quadro abaixo:

QUADRO N. 3
GÊNEROS EDITADOS PELA DOCUMENTOS BRASILEIROS ENTRE 1936-1960

Assunto	1936-40	1941-50	1951-60	1936-60
Biografia e Memória	9 (34,6%)	15 (38,1%)	16 (38%)	40 (37,3%)
História	8 (30,7%)	10 (25,6%)	10 (23,8%)	28 (26,1%)
Ensaio e interpretação sobre o Brasil	9 (34,6%)	7 (17,9%)	9 (21,4%)	25 (23,3%)
Antropologia e Etnologia	—	7 (7,6%)	2 (4,7%)	5 (4,6%)
Cronistas e Viajantes	—	2 (5,1%)	2 (4,7%)	4 (3,7%)
Folclore	—	1 (2,5%)	2 (4,7%)	3 (2,8%)
Geografia	—	1 (2,5%)	—	1 (0,9%)
Outros	—	—	1 (2,3%)	1 (0,9%)
TOTAL	8 26 (100%) Títulos	39 (100%) Títulos	42 (100%) Títulos	107 (100%) Títulos

Entre os gêneros mais editados no período (1936/60), destacam-se, por ordem de importância: biografias e memórias (37,3%), história (26,1%), e ensaios de interpretação sobre o Brasil (23,3%), que somados detêm 86,7% dos gêneros publicados, equivalentes a 94 livros.

As biografias e as memórias ocupam, portanto, o lugar central da coleção. Referem-se a alguma personalidade importante da vida política, social, cultural e, sobretudo, literária do país. Seguem o modelo mais geral dos trabalhos historiográficos, que aparecem em segundo lugar no elenco dos títulos, seguidos pelos ensaios de interpretação sobre o Brasil — uma marca da *Documentos Brasileiros*, dada a sua constância no decorrer de sua trajetória editorial.

Para que possamos compreender o peso relativo desses gêneros é necessário situá-los nos períodos em que foram publicados. Entre 1936/40, os ensaios de interpretação sobre o país conhecem o seu ápice (34,6%), disputando com os trabalhos biográficos e memorialísticos (34,6%) o 1.º lugar no conjunto de títulos. Na década de 40, porém, os ensaios de interpretação sofrem uma queda, preenchendo o 3.º lugar, logo após os trabalhos historiográficos (25,6%). As biografias mantêm a posição de destaque, enquanto os trabalhos antropológicos e etnológicos (7,6%), assim como os relatos de viagem (5,1%) ganham uma certa projeção. Vale a pena lembrar que nessa década, os viajantes e cronistas foram largamente

“consumidos”, como atestam a sua situação na *Brasiliana* — 2.º lugar — e a criação da *Biblioteca Histórica Brasileira*, especializada na sua divulgação.

Por fim, na década de 50, os ensaios de interpretação sobre o país, embora permaneçam em 3.º lugar, contribuem com uma parcela importante dos títulos (21,4%). Este dado aparece como a primeira diferença significativa em relação ao que ocorre na *Brasiliana*, onde desde a década de 40 totalizam apenas 5,4% dos livros publicados. A segunda diferença expressiva refere-se à ausência das análises sociológicas, estrito senso, e dos estudos de comunidade. Na *Brasiliana*, ao contrário, esse tipo de literatura ganha, no decorrer de sua trajetória, um destaque cada vez maior (9,5% na década de 40, e 18,9% na década de 50, quando, juntamente com os livros biográficos e de memórias, disputam o 1.º lugar no conjunto dos títulos).

Estas diferenças, entretanto, não repercutem negativamente na coleção da José Olympio. Diferentemente do que ocorre com a *Brasiliana*, em termos da diminuição de sua importância no cenário intelectual paulista (devida em grande parte à consolidação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH da USP e à ascensão da sociologia como disciplina científica que irá produzir novos modelos explicativos da realidade e deflagrar a criação de novos projetos editoriais, como atesta a coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* da Editora Martins), o mesmo não se verifica

com a *Documentos Brasileiros*. O que talvez possa ser explicado pela configuração específica do campo intelectual carioca, e pelo processo particular de institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro.

A *Documentos Brasileiros* editou, entre 1936 e 1960, 107 títulos, distribuídos da seguinte maneira: 26 (24,2%) entre 1936/40; 39 (36,4%) entre 1941/50; 42 (39,2%) entre 1951/60. O que indica a estabilidade da sua trajetória editorial (situação bem distinta daquela que se verifica, a partir do final dos anos 40, com a *Brasiliiana*). Vale ressaltar também que o momento de maior importância da coleção, verificado pelo montante de títulos publicados, corres-

ponde ao período de vigência do Estado Novo: entre 1937/45 foram editados 50 títulos, equivalente a 46,7% do total dos livros. O que se explica se levarmos em consideração o fato de que o *staff* de colaboradores da José Olympio abrangia vários intelectuais ligados ao regime, como o próprio diretor da coleção, Otávio Tarquínio de Souza.

Os 107 títulos editados, entre 1936/60, foram escritos por 66 autores. Desse total, 50 publicaram apenas 1 livro. O restante, correspondente a 57 títulos, foram redigidos por 16 autores, conforme revela o quadro abaixo:

QUADRO N. 4
DISTRIBUIÇÃO DOS AUTORES E DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELA
DOCUMENTOS BRASILEIROS ENTRE 1936-1960

Total de Títulos	107	100% dos Títulos
Número de autores publicados	66 (100% dos autores)	
Número de autores com 13 títulos	1 (1,6% dos autores)	12,1% dos títulos
Número de autores com 6 títulos	1 (1,6% dos autores)	5,6% dos títulos
Número de autores com 4 títulos	3 (4,8% dos autores)	11,1% dos títulos
Número de autores com 3 títulos	4 (6,4% dos autores)	11,2% dos títulos
Número de autores com 2 títulos	7 (11,2% dos autores)	13,0% dos títulos
Número de autores com 1 título	50 (75,7% dos autores)	46,7% dos títulos

O quadro transcrito acima fornece uma visão do modelo de publicação da *Documentos Brasileiros*, onde uma parcela pequena de autores (16) detém mais da metade dos livros publicados (57 títulos equivalentes a 53,2% do total).

Diferentemente do que ocorre com a coleção da Nacional, a *Documentos Brasileiros* publica principalmente obras de autores contemporâneos a sua trajetória editorial, sobretudo de seus próprios diretores (Gilberto Freyre e Otávio Tarquínio de Souza, com respectivamente 13 e 6 livros, tendo sido editados também pela *Brasiliiana*) e de autores a eles ligados afetiva e intelectualmente. Situação bem distinta da que

se verifica na *Brasiliiana* que, além de editar um número expressivo de autores do passado, publicou apenas um livro de seu diretor, Fernando de Azevedo.

Por outro lado, o fato de editar um conjunto mais restrito de autores, parece conferir à coleção uma importância maior que a desfrutada pela *Brasiliiana*. Raridade e distinção parecem caminhar juntas; isto vale inclusive para o setor editorial, ao menos no período coberto por este trabalho. Assim, se a *Biblioteca Pedagógica*, na qual se inclui a *Brasiliiana*, pode ser apontada como "o mais notável projeto editorial que o país conheceu até hoje", segundo Antonio Candido, é certo também que o seu

prestígio jamais se igualou ao da *Documentos Brasileiros*. Esta parece ser o local de máxima consagração para os autores, na medida em que apresenta um perfil de publicação mais colado à produção intelectual do período, sobretudo carioca e nordestina.

Os autores mais editados,⁵⁶ entre 1936 e 1960, são, por ordem de importância: Gilberto Freyre e Otávio Tarquínio de Souza. Em terceiro lugar, Luís Viana Filho, Nelson Werneck Sodré, Luís da Câmara Cascudo. Por fim, em quarto lugar, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Lima, Elói Pontes Lúcia Miguel Pereira (esposa de Otávio Tarquínio de Souza).

Estes nomes são representativos do sistema de produção intelectual do período, que é fortemente marcado pela *tensão* entre os interpretativistas (como por exemplo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana) e os pensadores mais tradicionais (como Otávio Tarquínio de Souza, Luís Viana Filho, Pedro Calmon, entre outros) que, se não possuem o “cacife” intelectual dos primeiros, “controlam” os locais institucionais de consagração dos intelectuais da época (como as academias de letras, as cátedras das faculdades de direito, os espaços dos jornais destinados à crítica literária, etc.). Senão vejamos:

Gilberto Freyre (1900-1987), o mais conhecido ensaísta brasileiro, após concluir os estudos secundários no colégio americano de Recife, partiu em 1918 para os EUA, onde permaneceu cinco anos. Inicialmente foi aluno de Baylor — uma universidade metodista de pouca repercussão intelectual — tendo aí se bacharelado em Artes Liberais, com especialização em Ciências Políticas e Sociais. Em seguida, graças à influência de Oliveira Lima, fez estudos de pós-graduação na renomada Universidade de Colúmbia, onde obteve o mestrado e doutorado em Ciências Políticas, Jurídicas e Liberais. Ali foi aluno de Boas, o principal responsável por seu futuro veio teórico, pautado no relativismo cultural e na recusa dos determinismos raciais e geográficos. Em 1923, após uma viagem prolongada pela Europa, Gilberto volta ao Brasil, instalando-se novamente em Recife. Nesta cidade, exerce uma atividade constante na imprensa, inclusive como crítico de literatura, e atua junto ao grupo que integrará o movimento regionalista e tradicionalista, que abriu caminho para o advento do ro-

mance nordestino. Em 1930, se auto-exila: parte primeiro para a Europa e depois, em 1931, para os Estados Unidos a convite da Universidade de Stanford, na condição de professor visitante. Em 1932, volta a Recife e no ano seguinte entrega ao editor Augusto Schmidt os originais de *Casa Grande & Senzala*. Entre a publicação deste livro e a criação do Instituto Joaquim Nabuco (seu grande projeto institucional, viabilizado na sua gestão enquanto deputado federal pela UDN, em 1945), “a fama de Gilberto Freyre se alastra pelo mundo. Suas obras começam a ser estudadas em universidades estrangeiras, e *Casa Grande & Senzala* é traduzida para o espanhol (1942) e o inglês (1946)” (Freston, 1987: 43). Apesar disso, recusou sistematicamente os convites para cátedras em universidades estrangeiras (Yale e Harvard) e brasileiras, exceção feita ao período em que ensinou Sociologia e Antropologia Cultural na Universidade do Distrito Federal (1935/37), a convite de Anísio Teixeira.⁵⁷

Otávio Tarquínio de Souza (1889-1959) o segundo diretor da *Documentos Brasileiros* e o segundo autor mais editado por ela, iniciou ainda estudante a carreira de crítico literário. Após concluir a Faculdade de Direito, em 1917, no Rio de Janeiro, trabalhou na administração dos Correios e Telégrafos, onde chegou a ser diretor. De 1928 a 1932 foi procurador do Tribunal de Contas da União. Colaborou em vários jornais cariocas como *A Noite*, *O País*, *O Jornal* e os *Diários Associados* (nos dois últimos exercia a crítica literária). Dirigiu a *Revista do Brasil* na sua terceira fase (1938/43), bem como a *Revista do Comércio* (entre 1946/48) com Afonso Arinos de Melo Franco (que se tornaria, em 1962, o terceiro diretor da *Documentos Brasileiros*). Romancista de um único livro, foi prolixo em outras áreas, como historiador da vida política brasileira e como biógrafo.⁵⁸

Luís Viana Filho (1898-), formou-se em 1929 na Faculdade de Direito da Bahia, iniciando, ainda no tempo de estudante, sua atividade jornalística como redator do jornal *A Tarde* (Salvador). Em 1940, conquistou as cátedras de direito internacional privado da Faculdade de Direito da Bahia, e de história do Brasil da Faculdade de Filosofia do mesmo estado. Em 1954, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de n. 22. No plano acadêmico, dedicou-se ao direito e

à história, escrevendo também biografias de autores consagrados da vida literária e política do país (como Rui Barbosa, Machado de Assis, Barão do Rio Branco etc.). No plano político, construiu sua carreira inicialmente como candidato opositor aos governos de Vargas, elegendo-se deputado federal pela Bahia, em 1933, 1945 e 1950 (nas duas últimas pela legenda da UDN). Em 1962, tornou a ser eleito deputado federal pela UDN, apoiando dois anos depois o movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart. Chefe do Gabinete da Casa Civil da Presidência entre 1964/66, desincompatibilizou-se desse cargo para assumir o governo da Bahia. Em 1974 foi eleito senador pela Arena.⁵⁹

Luís da Câmara Cascudo (1898-), estreou no jornalismo, em Natal (cidade em que nasceu), aos 20 anos, publicando artigos no periódico de seu pai, *A Imprensa*. Nesse período, iniciou a Faculdade de Medicina da Bahia, mas não a concluiu, tendo bacharelado-se em direito, em Recife, oito anos depois. Diferentemente da maioria dos jovens intelectuais nordestinos que migravam para o Rio (como Pedro Calmon, Luís Viana Filho, entre outros), Câmara Cascudo (assim como Gilberto Freyre), após concluir os seus "estudos superiores", retornou a sua cidade natal. Ali exerceu a atividade de jornalista (colaborando em jornais locais e também em *O Estado de São Paulo*) e de professor de direito e de etnologia, respectivamente nas Faculdades de Direito e de Filosofia da Universidade do estado. Lecionou ainda no Colégio Estadual. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia de Letras do estado (fundada por ele, em 1936). Notabilizou-se como folclorista.

Nelson Werneck Sodré (1911-), cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro (cidade em que nasceu) e, posteriormente, a Escola do Estado-Maior do Exército, entre 1948/50. Chefiou o curso de História Militar na instituição em que se formou, e dirigiu o curso de Formação Histórica do Brasil no Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB. Ao lado da atividade de historiador do país, dedicou-se também à crítica e história da literatura brasileira.⁶⁰

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), o quarto escritor mais publicado pela *Documentos Brasileiros*, autor do consagrado ensaio histórico-sociológico, *Raízes do Brasil*, fez as primeiras contribuições literárias e jornalísticas para o *Correio Paulistano*, *A Cigarra* e a *Revista do Brasil*, ainda

em seus tempos de estudante, em São Paulo. Aí participou da Semana de Arte Moderna de 1922, tendo integrado o grupo da revista *Klaxon* e fundado a revista *Estética*. Em 1925, no Rio de Janeiro, formou-se na Faculdade de Direito, mas jamais exerceu a profissão. Trabalhou nesse período como jornalista para periódicos nacionais e como correspondente da United Press, na Alemanha (onde enfrontou-se nas tendências do pensamento historicista). De volta à antiga capital federal, em 1930, lecionou História Econômica Contemporânea e Literatura Comparada na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal até a sua extinção em 1939. Trabalhou no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional, colaborando também como crítico literário para o *Diário de Notícias*. Em 1946, mudou-se para São Paulo e, embora continuasse a escrever para o *Diário Carioca* e para a *Folha de S. Paulo*, dedicou-se principalmente às pesquisas históricas. Membro da Academia Paulista de Letras, diretor do Museu Paulista (1946/56), foi ainda professor de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da USP, onde lecionou até 1964, ano em que se aposentou em protesto contra o decreto do governo militar que punia vários professores de diversas universidades do país. No decorrer de sua vida, fez inúmeras viagens ao exterior, tanto para lecionar em universidades como professor-visitante (na Itália, no Chile e nos EUA), como em missão cultural. No plano político, fez-se reconhecido como democrata de tendência socialista, ajudando a fundar, em 1947, o Partido Socialista e, em 1980, o Partido dos Trabalhadores.⁶¹

Elói Pontes (1888-), construiu sua carreira como jornalista da imprensa carioca, estreando no jornal *A Tribuna*. Trabalhou também na revista *Ilustração Brasileira* e manteve por um longo tempo uma seção de crítica literária no jornal *O Globo*, onde era seu principal redator. Publicou romances e livros biográficos de escritores renomados como Euclides da Cunha, Raul Pompéia, Machado de Assis e Olavo Bilac.

Por fim, Oliveira Lima e Lúcia Miguel Pereira, as duas exceções no quadro dos autores mais editados pela coleção José Olympio. O primeiro por não ser contemporâneo a sua trajetória editorial; a segunda por ser a única mulher a alcançar, no interior de um sistema de produção intelectual marcadamente masculino, a prestigiada condição de escritora mais publicada. O

que, para além das suas qualidades intelectuais, explica-se pelo fato de ser casada com Otávio Tarquínio de Souza, no período em que este dirigia a coleção.

Oliveira Lima (1867-1928), nasceu em Recife, mas passou praticamente a sua infância e juventude em Lisboa, onde bacharelou-se no Curso Superior de Letras, seguindo a carreira diplomática. Dedicou-se também ao trabalho de historiador do Brasil — particularmente de Pernambuco — e de sua literatura. Visitava com frequência o país de origem, tendo participado juntamente com José Veríssimo, Graça Aranha, entre outros, da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896 (cujo projeto foi idealizado na sala de redação da famosa *Revista Brasileira*). Em 1903, ocupou a cadeira n. 39 dessa academia, dela se desligando em 1917 por discordar frontalmente do pagamento de jetons para os acadêmicos que comparecessem às suas sessões. Oliveira Lima fez, enquanto diplomata, inúmeras viagens e mudanças, fixando residência em Washington, no final de sua vida. Nos Estados Unidos, deu curso nas universidades de Harvard e Williamstown, tendo doado a sua valiosa biblioteca à Universidade Católica da capital americana. É considerado, ao lado de Boas, como a grande influência na formação intelectual de Gilberto Freyre, que costumava frequentar a sua residência no período em que realizava os seus estudos graduados e pós-graduados nos EUA.

Lúcia Miguel Pereira (1903-1959), nasceu em Minas Gerais, mas morou no Rio de Janeiro junto com a família (seu pai, Miguel Pereira era um médico-cientista de projeção nacional) e posteriormente com o marido. Iniciou a sua carreira literária aos 28 anos, colaborando no prestigiado *Boletim Ariel*, dirigido por Agripino Grieco e Gastão Cruls. Colaborou ativamente na imprensa carioca (*Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Revista do Brasil*, na sua terceira fase) escrevendo também para *O Estado de São Paulo*. Foi romancista, escritora de literatura infantil, crítica e historiadora da literatura brasileira (fez um estudo sobre Machado de Assis e sua obra, e uma biografia sobre Gonçalves Dias).⁶²

Estas informações, embora restritas, são suficientes para detectar não só o perfil dos autores mais editados pela *Documentos Brasileiros*, como o modelo de produção intelectual do período — de caráter ensaís-

tico e marcado pela tensão entre os interpretativistas e os escritores tradicionais. Enquanto os primeiros produzem uma leitura renovada do país, de sua realidade, e de sua história; os segundos dedicam-se sobretudo ao trabalho de historiar e biografar personalidades políticas e literárias, o que era feito em profusão. Os biografados, por sua vez, parecem ser escolhidos em função do capital de relações sociais, políticas e institucionais mobilizado por seus biógrafos (vide os casos de Otávio Tarquínio de Souza, de Lúcia Miguel Pereira, Luiz Viana Filho, Elói Pontes).

Por outro lado, o exame destas biografias permite apreender o padrão das carreiras intelectuais da época. Os autores mencionados, apesar das particularidades biográficas, apresentam trajetórias semelhantes, construídas na intersecção do jornalismo e da crítica literária com as instituições prestigiadas da época (museus, academias de letras, faculdades de direito e em menor número de filosofia, institutos históricos e geográficos), aliadas à inserção na vida política do país. Nesse contexto, a literatura parece ser simultaneamente a grande matriz do pensamento e a condição para o reconhecimento dos autores.

A articulação das trajetórias desses autores e de sua produção permite, portanto, visualizar o campo intelectual no qual se movem tanto os “grandes” como os “pequenos” escritores do período. Campo este, vale lembrar, moldado também pelas “coleções brasileiras”.

Por fim, gostaria de sublinhar que a produção dessas coleções, por referir-se a esse sistema intelectual, perderá nos anos 60, devido ao movimento de institucionalização e consolidação das ciências sociais,⁶³ a supremacia que desfrutou nos decênios de 30 e 40, especialmente. A década de 60, no plano acadêmico, assistirá a criação de novos paradigmas explicativos da realidade e de novos projetos editoriais. Prova disso é a coleção *Corpo e Alma do Brasil*⁶⁴ dirigida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso e dedicada principalmente à divulgação da produção científica feita sob a forma de dissertações e teses em ciências sociais. O Brasil continuará a ser o palco privilegiado de interesse e de investigações, feitas, no entanto, a partir de novos termos. As análises sociológicas ganharão primazia, desfocando a literatura, e ocupando assim o lugar da produção ensaística de cunho histórico-biográfico e social.

ANEXO 1
 COLEÇÃO BRASILIANA
 CLASSIFICAÇÃO DOS AUTORES MAIS PUBLICADOS ENTRE 1931-1960

Autores mais editados	1931-35	1936-40	1941-45	1946-50	1951-55	1956-60	Total 1931-60
Pedro Calmon	2	4	3	—	—	—	9
Saint-Hilaire	2	5	1	—	—	—	8
F. de Oliveira Viana	3	1	1	1	—	—	6
Alfredo Ellis Júnior	2	2	1	1	—	—	6
J. Pandiá Calógeras	3	3	—	—	—	—	6
Cândido de Melo Leitão	1	3	1	—	—	—	5
J. F. de Almeida Prado	1	1	1	—	—	1	4
A. Batista Pereira	4	—	—	—	—	—	4
A. C. Tavares Bastos	—	4	—	—	—	—	4
Estevão Pinto	1	—	1	—	—	2	4
Anibal Matos	—	2	1	—	—	—	3
Gustavo Barroso	1	1	1	—	—	—	3
Primitivo Moacir	—	2	1	—	—	—	3
Afonso de Taunay	1	1	1	—	—	—	3
Edgard Roquete Pinto	1	2	—	—	—	—	3
R. Nina Rodrigues	1	2	—	—	—	—	3
João Dornas Filho	—	2	—	—	—	1	3
Ennes Ernesto	—	1	1	1	—	—	3
Afrânio Peixoto	—	1	1	1	—	—	3
Artur Ramos	—	1	1	1	—	—	3
J. Antonio Soares Souza	—	1	1	1	—	—	3

Obs.: Incluídos apenas os autores com três ou mais títulos editados.

ANEXO 2
 COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS: CLASSIFICAÇÃO DOS
 AUTORES MAIS PUBLICADOS ENTRE 1936-1960

Autores	1936-40	1941-45	1946-50	1951-55	1956-60	Total 1936-60
Gilberto Freyre	3	5	2	3	—	13
Otávio Tarquínio de Souza	2	2	—	1	1	6
Luís Viana Filho	1	—	2	—	1	4
Nelson Werneck Sodré	1	2	—	—	1	4
Luís da Câmara Cascudo	—	—	2	2	—	4
Sérgio Buarque de Holanda	1	—	—	—	2	3
Oliveira Lima	1	1	—	1	—	3
Elói Pontes	2	1	—	—	—	3
Lúcia Miguel Pereira	—	1	1	1	—	3
Afonso Arinos Melo Franco	1	—	—	1	—	2
Euclides da Cunha	2	—	—	—	—	2
Pedro Calmon	1	—	1	—	—	2
Sílvia Rabelo	—	2	—	—	—	2
Vivaldo Coaracy	—	1	—	1	—	2
Sílvio Romero	—	1	—	1	—	2
Gastão Cruls	—	—	1	—	1	2

Notas

1. De fato tal posição cabe a Paula Brito, primeiro editor brasileiro, que exerceu esta atividade em meados do século XIX. Mas foi Monteiro Lobato quem renovou e consolidou a atividade editorial brasileira, conforme procurarei mostrar no decorrer do texto. (Sobre Paula Brito ver Broca) (1979).
2. Segundo Antonio Candido, "diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito" (1980: 130).
3. Esta tensão não é específica apenas da literatura brasileira, conforme revela, entre outros, Otávio Paz. Diz o mexicano: "Em fins do século XIX, a literatura hispano-americana deixa de ser um reflexo da espanhola. Os poetas "modernistas" rompem bruscamente com o modelo peninsular. Mas não voltam os seus olhos em direção à sua terra e sim em direção a Paris. Partem em busca do presente. Os primeiros escritores hispano-americanos que tiveram consciência de si mesmos e de sua singularidade histórica formaram uma geração de desterrados. (...) O caminho para Palenque ou para Buenos Aires passava quase sempre por Paris. A experiência destes poetas e escritores confirma que para voltar à nossa casa é necessário arriscar-nos primeiro a abandoná-la. Só o filho pródigo é quem regressa. Censurar à literatura hispano-americana o seu desenvolvimento é ignorar que só o desenraizamento permitiu-nos recobrar nossa porção da realidade. *A distância foi a condição da descoberta*". Paz (1976: 128/9).
4. As pesquisas, ainda que incipientes e em alguns casos equivocadas, se avaliadas a partir dos critérios legitimadores da produção científica atual, desenvolviam-se principalmente nos Museus, nos Institutos Históricos e nas Faculdades de Medicina, conforme mostra Schwarcz (1988). Ver também Azevedo (1956).
5. Ver, entre outros, os seguintes trabalhos: Corrêa (1983); Schwarcz (1987); Sevcenko (1983).
6. Essa busca será realizada principalmente pelo modernismo, movimento de renovação e contestação cultural, ao mesmo tempo estético e ideológico. (Ver Lafetá, 1974). A sua originalidade e fecundidade reside justamente na tensão entre o particular e o geral, ou para usar de novo a expressão de Antonio Candido, na "dialética do localismo e do cosmopolitismo" (*op. cit.*).
7. É neste sentido que *Macunaíma* deve ser lido, como uma espécie de paradigma das preocupações dos intelectuais dos anos 20-30. Diz Mário (1978) em um dos prefácios inéditos do livro (de 1926), a respeito de sua obra: "O que me interessou por *Macunaíma* foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que me parece certa: o brasileiro não tem caráter. E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na ação exterior, no sentimento, na língua, na História, tanto no bem como no mal. O brasileiro não tem caráter porque não possui *civilização própria*, nem consciência tradicional. Os franceses têm caráter e assim os mexicanos. Seja porque *civilização própria*, perigo iminente, ou consciência de séculos tenham auxiliado, o certo é que esses uns têm caráter. Brasileiro não tem. Está que nem o rapaz de 20 anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma. (...) Pois quando matutava nessas coisas topei com *Macunaíma* no alemão Koch-Grumberg. Vivi de perto o ciclo de façanhas dele. (...) Um dos meus interesses (ao escrever *Macunaíma*) foi o de desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim *desregionalizava* o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de *conceber literariamente* o Brasil como *entidade homogênea* — um conceito nacional e geográfico". (grifos meus). Livro típico de épocas de transição social ("que não desejam a volta ao passado, não sabem o que tem de vir, e sentem o presente como uma neblina vasta"), *Macunaíma* não deve ser tomado como uma fábula normativa. "Ele é antes o campo aberto e nevoento de um debate", afirma Gilda de Mello e Souza (1979), "do que o marco definitivo de uma certeza".

-
8. Para uma análise do contexto social e político dos anos 20 e da Revolução de 30, ver os seguintes trabalhos de Fausto (1978; 1983).
 9. Sobre a criação das universidades e a institucionalização das ciências sociais no Brasil ver Massi (1988); Limongi (1988) e Almeida (1987).
 10. Frase dita por Antonio Candido, numa entrevista realizada no IDESP, em 19 de agosto de 1987, ao se referir ao clima intelectual dos anos 30.
 11. De fato, afirma Martins (1979: 1) “nunca se falou tanto em realidade brasileira como nessa época”.
 12. “Em Dez Curtos Anos”. In: *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1937, n. 1. Esta revista traz em seu primeiro editorial, a seguinte proposta: “ser um órgão de coordenação e de aproximação que faltava para completar este surto admirável da indústria do livro”. Fundada pelos irmãos Pongetti foi transferida depois para a Livraria Editora Zélio Valverde.
 13. Sobre a situação das editoras e do mercado editorial nos anos 20, consultar Fiorentino (1982) e Lima (1985).
 14. Sérgio Miceli (1979) analisa tanto as condições de produção desse novo grupo de romancistas profissionais como o perfil, os recursos simbólicos e materiais, as estratégias e a situação familiar e social mais ampla de seus integrantes. Consultar especialmente o 2.º capítulo.
 15. É preciso, no entanto, não superestimar o grau e o alcance dessa ampliação da educação elementar. Ela é significativa quando comparada com a situação do ensino nas décadas anteriores, mas permanece restrita se pensarmos que uma parcela da população brasileira ficou à margem dos seus efeitos. Basta lembrar que, na década de 1940, “os dois estados de maior índice de escolarização primária, Santa Catarina e São Paulo, não ultrapassavam respectivamente 42% e 40%”. (Candido, 1984: 28).
 16. Segundo Miceli, “dentre todos os gêneros editados de 1938 a 1943, a literatura de ficção ocupava o primeiro posto em virtude dos elevados índices de venda que alcançavam os chamados gêneros ‘menores’, isto é, os romances das coleções ‘menina-moça’, os policiais e os livros de aventura, aos quais se pode acrescentar as biografias romaneçadas e mais uma parcela de obras infantis” (1979: 85).
 17. A não inclusão da Martins (a mais prestigiada editora de São Paulo nos anos 40/50) deve-se ao fato de ter iniciado as suas atividades no início de 1940. No período coberto pelo levantamento de Miceli (*op. cit.*) a produção editorial da Martins ainda era pequena.
 18. Sobre a *Coleção Azul* consultar Carone (1969).
 19. Essas duas coleções constituíram-se como espaço de propaganda integralista, sendo Plínio Salgado o autor mais publicado. Schmidt era abertamente simpatizante do integralismo, mas isso dificilmente seria a explicação para o caso de José Olympio, um adepto do getulismo. Sobre a opção política do editor ver Hallewell (1985).
 20. Sobre a cidade de São Paulo na época do auge da livraria Garraux, ver Schwarcz (1987).
 21. Para maiores informações sobre José Olympio consultar Hallewell (*op. cit.*).
 22. Sobre a atuação de Monteiro Lobato como editor e empresário cultural consultar Koshiyama (1982).
 23. A *Revista do Brasil*, criada em 1916, pretendia, segundo Miceli (1979: 3/4) restaurar a tradição inaugurada pela *Revista Brasileira*, porta-voz estético e principal instância de difusão e consagração da geração de 1870. A *Revista do Brasil* se propunha a suscitar uma tomada de consciência por parte da nova geração de intelectuais e políticos da oligarquia. (...) Além das grandes figuras da geração de 1870 (Machado de Assis, José de Alencar), de inúmeros escritores pertencentes à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Basílio de Magalhães, Capistrano de Abreu, Hélio Lobo) dos anatolianos de maior êxito mundano e artístico (Olegário

Mariano, Afrânio Peixoto, Paulo Setúbal etc.) A *Revista do Brasil* também acolheu os pensadores autoritários que então estreavam (Oliveira Viana, José Maria Bello), os intelectuais do renascimento católico (Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo), os primeiros educadores profissionais (Sampaio Dória, Mário Pinto Serva) e outros valores jovens que logo em seguida iriam se filiar às correntes da vanguarda modernista (Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Plínio Salgado, Mário de Andrade)” (Miceli, 1979: 3/4).

24. Depoimento de Monteiro Lobato transcrito por Cavalheiro (1962).

25. Uma grande parte do equipamento gráfico montado por Monteiro Lobato, entre 1924 e 1925, foi adquirida por Noé Azevedo, proprietário da *Revista dos Tribunais*. A partir dessa aquisição, ele fundou a Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, que passou a ser dirigida por Nelson Travassos. Esta empresa tornou-se a maior impressora de livros do país, nos anos 30 e 40, respondendo por 60% de sua impressão. Hallewell (*op cit.*).

26. É interessante notar que enquanto Octalles lança como seu primeiro título, o primeiro de todos os livros sobre o Brasil, o relato de Hans Staden, José Olympio (que se tornaria o editor literário mais prestigiado do país, em função sobretudo da quantidade e da qualidade dos escritores brasileiros que editou) escolhe justamente um livro americano de popularização da psicanálise para estreiar no mercado editorial.

27. Porém, logo após o término do *boom*, provocado pela guerra (que implicou um acelerado processo de substituição de importação), vieram as falências, ainda que muitas dessas novas editoras tenham lutado para sobreviver até o fim da década de 40. Mas a limpeza final foi extremamente drástica para o mercado de livros brasileiros. Segundo Hallewell (*op. cit.*: 408), “em 1953, o Brasil viu-se, no total, com menos editoras que em 1936”.

28. Como Pedro Calmon, Josué de Castro e Menotti del Picchia, por exemplo.

29. A Editora Melhoramentos de São Paulo é a melhor prova do que pode significar a falta de prestígio para uma editora. A sexta mais bem sucedida editora no período de 1938-43 (especializada em livros didáticos e na literatura infantil, respectivamente 28% e 38% de suas publicações), é mencionada, na bibliografia que consultei até o momento, apenas por esta razão. Os nomes dos seus editores, quando indicados, não merecem nenhuma consideração. Poderosa do ponto de vista empresarial, a Melhoramentos, no entanto, parece não ter nenhuma repercussão no universo intelectual e cultural mais amplo. Principalmente hoje quando se transformou em um enorme conglomerado, além de ser uma das maiores indústrias de papel do país. Fugindo, portanto, ao modelo editorial brasileiro, centrado sobretudo na figura e na administração do próprio editor.

30. Em 1966, a Livraria Martins Editora já havia publicado 1.100 títulos, sendo que 90% de suas edições eram de autores nacionais, conforme revela o livro comemorativo *Martins, Trinta Anos*, editado por ela em 1967. Esses 1.100 títulos, que perfazem o trabalho de 30 anos da editora, somaram 5 milhões de exemplares. Número este inferior ao que a Editora Nacional vendia quase todos os anos, desde o início da década de 50.

31. Segundo Mário da Silva Brito (1967: XXIII), no tempo em que Martins dirigiu o Departamento de Cultura, ele “procurou seguir o mesmo roteiro traçado por Mário de Andrade. Promove cursos nos bairros, estimula a instalação de bibliotecas nos pontos distantes do centro, leva música e balé às fábricas, aos grandes conglomerados que beiram a Capital. Na Biblioteca da Consolação, organiza conferências, convidando para proferi-las Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Moisés Vellinho, Franklin de Oliveira, além de muitos outros intelectuais paulistas e de diferentes procedências”.

32. Trata-se dos seguintes livros: *Dez Anos de Atividades Editoriais e Martins, Trinta Anos*, editados respectivamente em 1950 e em 1967.

33. Sobre esta questão ver o magnífico ensaio de Mauss (1984). Sobre a questão da ordem simbólica nas sociedades capitalistas ver Sahlins (1979).

34. Rever nota n. 30, em caso de dúvida.

35. Antes da consolidação da Civilização Brasileira, a literatura estrangeira de maior expressão havia sido editada principalmente pela Editora Globo, de Porto Alegre, que por um longo tempo contou com a supervisão editorial de Érico Veríssimo. As traduções da Globo se notabilizaram em função da qualidade do trabalho de seus tradutores, entre eles alguns dos mais renomados escritores brasileiros, como Manuel Bandeira, Mário Quintana, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles, por exemplo. Apesar da Globo ter sido, na década de 30 e meados dos anos 40, a segunda maior editora do país, ela não foi incluída neste trabalho pelo fato de não editar nenhuma coleção específica de assuntos brasileiros nos moldes das “brasilianas”.

36. Sobre as implicações desse trânsito para a produção cultural brasileira, ver por exemplo, Broca (1956); Sussekind (1987) e Bosi (1974).

37. Sobre a relação mais geral dos intelectuais com a política, ver Martins (1987). Sobre a relação específica dos intelectuais com o Estado Novo, ver Schwartzman *et alii* (1984), Dagnino (1985) e Miceli (*op. cit.*). Consultar também Veloso (1982; 1987). Como mostram Veloso e Dagnino, há uma coincidência de interesses dos intelectuais com as proposições ideológicas do Estado Novo, conforme se pode depreender pela análise que as autoras realizam sobre as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Miceli, por sua vez, ao opor a análise dos investimentos nas carreiras intelectuais ao conteúdo temático de suas obras (por considerar o segundo procedimento como uma reificação produzida pela história das idéias), parece não levar em consideração na sua análise essa dimensão ideológica mais geral que se verifica na relação dos intelectuais com o Estado. Sua análise ancora-se sobretudo no conceito de cooptação, que, se explica o processo geral, tende a homogeneizar as particularidades, diferenças, nuances e ambigüidades presentes no campo intelectual do período.

38. Segundo Miceli (1979: 89) “o plantel da José Olympio abrangia tanto o grupo de intelectuais orgânicos do regime (do Estado Novo), recém cooptado pelo governo central (Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Pontes Miranda, Oliveira Viana, Otávio Tarquínio de Souza), como as figuras de maior prestígio literário da leva de romancistas (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiróz, Octávio de Faria, Cyro dos Anjos, Lúcio Cardoso, João Alphonsus), sem esquecer toda uma categoria de escritores que obtinham a chancela da casa pelo fato de pertencerem aos anéis burocráticos em operação junto aos aparelhos do Estado. Não custa lembrar que os discursos e escritos de Getúlio Vargas, sob o título *A Nova Política do Brasil*, foram publicados por essa mesma editora”.

39. Fernando de Azevedo (1894-1974) formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 117, mas jamais advogou. Nesse mesmo ano mudou-se para São Paulo, onde passou a lecionar Latim e literatura, na Escola Normal. Posteriormente ingressou no jornalismo, dedicando-se à crítica literária, primeiro no *Correio Paulistano* e depois em *O Estado de São Paulo*. No último, levantou grande inquérito (1926) sobre a instrução pública — discutindo a necessidade da criação da universidade — e que alcançou enorme repercussão em todo o país. Foi um dos principais integrantes do movimento pela reforma do ensino, conhecido por movimento pela Escola Nova, tendo participado do processo de fundação da Universidade de São Paulo (1934), da qual foi um dos planejadores. Primeiro diretor da FFLCH, aí ocupou a cadeira de sociologia. Foi ainda Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1945), e Secretário da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, no mesmo ano em que se tornou professor emérito da USP. Em 1968, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Dados obtidos in Penna (1987). Para maiores informações sobre a atuação de Fernando de Azevedo no movimento pela reforma de ensino e no projeto de fundação da USP, consultar Limongi (1988).

40. Venâncio Filho (1894-1946), apesar de formado em engenharia civil, não exerceu a profissão, dedicando-se ao magistério e aos problemas da educação. Foi professor do Colégio Pedro II (RJ), e diversas vezes presidente da Associação Brasileira de Educação. Além disso, foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-46) e um dos líderes do Movimento Euclídiano, tendo publicado dois livros sobre este escritor. Escreveu também sobre educação.

41. Esta carta encontra-se transcrita no livro de Penna (*op. cit.*: 110).
42. O índice completo da *Brasiliana* foi organizado por Fonseca (1969).
43. A classificação dos títulos publicados, por assunto, foi feita a partir de uma reelaboração da classificação utilizada pela *Brasiliana*, e extraída do vol. 169, *O Pan-Americanismo*, de Hélio Lobo, publicado em novembro de 1939. Nela, os títulos também são ordenados em função dos assuntos. A diferença, entretanto, é que um autor como Oliveira Viana é classificado em três gêneros distintos, ou seja, em antropologia e demografia, história, e política. Alberto Torres, por sua vez, aparece no gênero política, enquanto Saboia Lima, autor de *Alberto Torres e sua obra*, é classificado em *ensaios* e não em *biografia*, por exemplo. Nina Rodrigues e Alfredo Ellis Júnior são agrupados tanto em antropologia e demografia, direito, como em história. Os exemplos poderiam se multiplicar, pois dizem respeito ao sistema intelectual da época. Período no qual as fronteiras entre as disciplinas são ainda muito tênues. Os autores, polivalentes, transitam com frequência por várias delas. Para efeito deste trabalho, cujo objetivo é realizar uma análise comparativa das coleções, organizei e classifiquei os gêneros de uma maneira distinta. Utilizei, por exemplo, o gênero ensaios de interpretação sobre o Brasil para agrupar todos os livros que versam sobre este tema. Dessa maneira, Oliveira Viana, Alberto Torres, Gilberto Freyre, entre outros, embora tratando de aspectos distintos da realidade brasileira, foram agrupados e classificados nesse gênero. Por fim, quero deixar indicado que esta é uma das classificações possíveis. Sua validade refere-se mais a sua pertinência para os objetivos deste trabalho, do que a uma verdade intrínseca. Pois, como se sabe, qualquer classificação, por responder aos "imperativos" mais amplos do sistema cultural e simbólico no qual é produzida, é no limite arbitrária, leia-se, datada e contingente. (Para uma bela discussão sobre esta questão ver Lévi-Strauss (1976).
44. Para maiores informações a respeito de Buffon e de sua visão detratadora, consultar Holanda (1969); Souza (1986) e Duchet (1971).
45. Sobre a presença dos viajantes no Brasil, no século XIX, ver Stepan (1981).
46. Sobre a trajetória intelectual de Emilio Willems no Brasil, consultar Corrêa (1987).
47. Sobre a trajetória de Donald Pierson no Brasil, consultar Corrêa, (*op. cit.*).
48. Para maiores informações sobre os autores mais publicados e sobre o período em que seus livros foram editados, consultar anexo n. 1.
49. Sobre Saint-Hilaire ver Moraes (1940).
50. Informações obtidas in Coutinho (1961) e Menezes (1978).
51. Sobre Oliveira Viana consultar Holanda (1979) e Dinis (1971).
52. As informações sobre Alfredo Ellis Júnior encontram-se in Coutinho (*op. cit.*) e Menezes (*op. cit.*).
53. Os dados sobre Pandiá Calógeras foram obtidos in Block e Abreu (1984) e Menezes, R. (*op. cit.*).
54. Sobre a importância da Academia Brasileira de Letras no cenário intelectual brasileiro, consultar Broca (1956).
55. O índice da *Documentos Brasileiros* utilizado para compor os dados apresentados no decorrer desse segmento foi retirado do volume 200 da coleção, *Afonso Pena e sua Época*, de Américo Jacobina Lacombe, editado em 1968.
56. Para maiores informações sobre os períodos em que foram publicados, vide Anexo n. 2.
57. Sobre a trajetória de Gilberto Freyre consultar Freston (1987).
58. Dados obtidos in Menezes (*op. cit.*).
59. Informações retiradas in Block e Abreu (*op. cit.*).
60. Dados obtidos in Menezes (*op. cit.*).

61. Para maiores informações sobre a trajetória biográfica e intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, consultar Holanda (1979), Odila (1985) e *Revista do Brasil* (1987).
62. Dados obtidos in Menezes (*op. cit.*).
63. Para maiores informações sobre o desenvolvimento das ciências sociais no país, ver Miceli (1987. Consultar também o 1.º, 2.º e 3.º relatórios parciais de pesquisa em andamento, *História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)*, São Paulo, Idesp, 1986/87/88.
64. O nome desta coleção, editada pela DIFEL, é o mesmo de um artigo de Sérgio Buarque de Holanda, "Corpo e Alma do Brasil", publicado em 1935, na Revista *Espelho*. A escolha desse título pelos organizadores da coleção foi proposital. Informação obtida no artigo de Iglesias (1987).

Bibliografia

- Almeida, Maria H. Tavares de
1987. "Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 41-60.
- Andrade, Mário de
1978. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Ed. crítica; Telê Porto Lopes (org.). São Paulo, Livros Técnicos/Secretaria da Cultura e Tecnologia de São Paulo.
- Azevedo, Fernando de
1956. "A Antropologia e a Sociologia no Brasil". *As Ciências no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, vol. 2.
- Barbosa, Francisco de Assis
1962. "Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil". Anatole L. Garraux, *Bibliographie Brésilienne*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Beloch, Israel e Abreu, Alzira (oord.)
1984. *Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, vol. 1.
- Bosi, Alfredo
1974. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2. ed., São Paulo, Cultrix.
- Brito, Mário da Silva
1967. "Breve História de uma Editora, ou Memórias de um Amigo do, da e dos Martins". *Martins 30 Anos*. São Paulo, Martins (edição comemorativa do trigésimo aniversário de fundação da Livraria Editora Martins, fora de circulação comercial).
- Broca, Brito
1956. *A Vida Literária no Brasil — 1900*. Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional.
1979. "Paula Brito, Mecenas Pobre". *Românticos, Pré-Românticos, Ultra Românticos*. São Paulo, Polis.
- Candido, Antonio
1980. *Literatura e Sociedade*. 6 ed., São Paulo, Nacional
1984. "A Revolução de 1930 e a Cultura". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, vol. 2, n. 4, pp. 27-32.
- Carone, Edgard
1968. "Coleção Azul, Crítica Pequeno Burguesa à Crise Brasileira de 1930". *Revista de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, n. 26/26.

- Cavalleiro, Edgard
1962. *Monteiro Lobato. Vida e Obra*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense.
- Corrêa, Mariza
1983. *As Ilusões da Liberdade. A Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada na USP.
1988. (org.) *História da Antropologia no Brasil: 1930-1960*. São Paulo, Vértice; Campinas, Editora da UNICAMP.
- Coutinho, Afrânio
1961. (org.) *Brasil e Brasileiros de Hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul América.
- Dagnino, Evelina
1985. *State and Ideology: Nationalism in Brazil — 1930-1945*. Tese de doutoramento apresentada em Stanford University.
- Diniz, Eli e Lima Maria Regina
1971. "O modelo político de Oliveira Viana". *Revista de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, n. 30.
- Duchet, Michéle
1971. *Antropologie et Histoire au Siecle des Lumieres*. Paris, Maspero.
- Fausto, Boris
1978. "As Crises dos Anos Vinte e a Revolução de 30". *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, vol. 2, pp. 401-426.
1983. *A Revolução de 1930*. 9 ed., São Paulo, Brasiliense.
- Fiorentino, Terezinha A. del.
1982. *Prosa de Ficção em São Paulo: Produção e Consumo (1900-1922)*. São Paulo, HUCITEC/Secretaria de Estado da Cultura.
- Fonseca, Edson Nery da
1969. "Índice da Coleção Brasileira". *Revista do Livro*. Rio de Janeiro, MEC/INL, pp. 123-166.
- Freston, Paul
1987. *A Carreira de Gilberto Freyre*. São Paulo, Cadernos IDESP, série História das Ciências Sociais, n. 3.
- Fusco, Rosário
1940. *Política e Letras*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Hallewell, Laurence
1985. *O Livro no Brasil: sua História*. São Paulo, T. A. Queirós/EDUSP.
- Holanda, Sérgio Buarque de
1969. *Visão do Paraíso*. 2. ed. São Paulo, Nacional/EDUSP.
1979. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo, Perspectiva.
- Iglesias, Francisco
1987. "Evocação de Sérgio Buarque de Holanda". *Revista do Brasil* (número especial dedicado a Sérgio B. de Holanda). Rio de Janeiro, Rio Arte/Fundação Rio, n. 6.
- Koshiyama, Alice M.
1982. *Monteiro Lobato: Intelectual. Empresário. Editor*. São Paulo, T. A. Queirós.
- Lafetá, Luiz
1974. *1930: a Crítica e o Modernismo*. São Paulo, Duas Cidades.
- Lévi-Strauss, Claude
1976. *O Pensamento Selvagem*. 2 ed. São Paulo, Nacional.
- Lima, Yone Soares
1985. *A Ilustração na Produção Literária. Década de Vinte*. São Paulo, IEB/USP.

- Limongi, Fernando P.
 1986. *A Escola Livre de Sociologia e Política e o Desenvolvimento da Sociologia em São Paulo*. São Paulo, Cadernos, IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 1.
 1988. *Educadores e Empresários Culturais na Fundação da USP*. Tese de mestrado apresentada na UNICAMP.
- Lobato, Monteiro
 1959. *Prefácio e Entrevistas*. São Paulo, Brasiliense.
- Martins, José de Barros
 1950. *Dez Anos de Atividades Editoriais — 1940-1950*. São Paulo, Martins (edição comemorativa, fora de circulação comercial).
- Martins, Luciano
 1987. "A Gênese de uma Intelligentsia: os Intelectuais e a Política no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, vol. 2, n. 5, pp. 65-87.
- Martins, Wilson
 1979. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix, vol. VII.
- Massi, Fernanda P.
 1988. *As Presenças Estrangeiras nas Ciências Sociais Brasileiras*. São Paulo, Cadernos IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 5.
- Mauss, Marcel
 1984. "Ensaio sobre a Dádiva, Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas". *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP.
- Menezes, Raimundo
 1978. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2 ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- Miceli, Sérgio
 1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1940)*. São Paulo, DIFEL.
 1987. "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, n. 5, vol. 2, pp. 5-26.
- Moraes, Rubens Borba de
 1940. "Prefácio". Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo, Martins.
- Odila, Maria L. S. (org.)
 1985. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática.
- Ortiz, Renato
 1988. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- Paz, Otávio
 1976. *Signos em Rotação*. São Paulo, Perspectiva.
- Penna, Maria Luíza
 1987. *Fernando de Azevedo: Educação e Transformação*. São Paulo, Perspectiva.
- Revista do Brasil
 1987. Número Especial Dedicado a Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Rio Arte/Fundação Rio, n. 6, julho.
- Sahlins, Marshall
 1979. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar.

